



HUCITEC

COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

José de Souza Martins

**SOBRE
O MODO
CAPITALISTA
DE PENSAR**

3.^a edição

JOSE DE SOUZA MARTINS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SOBRE O MODO CAPITALISTA
DE PENSAR

Terceira Edição



EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1982

© Direitos autorais 1978 de José de Souza Martins. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hacitec" Ltda., Rua Comendador Eduardo Saccab, 342-344 04602 São Paulo, Brasil. Telefone: (011) 61-6319. Capa e projeto gráfico de Luis Diaz.

SUMÁRIO

Apresentação	XI
1 — Tio Patinhas no centro do universo ..	3
2 — A sociologia na militância do profissional de História	19
3 — Há uma crise no ensino das ciências sociais?	31
4 — As coisas no lugar	43

"Não percebo", disse Alice. "É terrivelmente confuso!"

"É a consequência de se viver para trás", disse a Rainha afavelmente. "Ao princípio fica-se um pouco entontecido".

(Lewis Carroll, *Alice do outro lado do espelho*, Editorial Estampa, Lisboa, 1971)

Apresentação

Os quatro estudos reunidos neste pequeno livro podem ser classificados na área da sociologia do conhecimento. Embora os três primeiros sejam trabalhos de divulgação, estão marcados pela mesma preocupação que articula o último: a de valorizar uma das diretrizes mais profícuas do conhecimento sociológico, aquela que mostra o vínculo da prática e do saber no processo histórico.

Entendo que o *modo capitalista de produção*, na sua acepção clássica, é também *modo capitalista de pensar* e deste não se separa. É verdade que essa idéia está dispersa nos textos de Marx e que tal conceito não chegou a ser formulado por ele. Surge aqui ainda de forma difusa, mais como premissa destes textos, resultado da minha própria leitura das suas obras sempre ricas e estimulantes. Estou desenvolvendo essa noção em outros trabalhos, para que amadureça devidamente.

O *modo capitalista de pensar*, enquanto modo de produção de idéias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de idéias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação — ideológicas e sociais. O *modo*

capitalista de pensar também está minado, não obstante, pelas contradições do capitalismo, fato que se reflete nas suas ambigüidades e dilemas. É o que leva para o conhecimento de senso comum e para o conhecimento científico as tensões do capitalismo, expressas nas diferenciações ideológicas e de tendências dentro da mesma formação social. É o que leva, enfim, o capitalismo para o pensamento de outras classes, como a pequena burguesia, o proletariado, os proprietários de terra. O modo capitalista de pensar é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido-do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática.

É por esse caminho que o saber deixa de estar vinculado abertamente à classe dominante, parecendo pairar acima das classes. Hoje o saber do capitalismo é produzido, regulado e consumido basicamente pela pequena-burguesia, às vezes até mesmo quando assume posições ditas avançadas. A sociologia é uma modalidade de saber que está hoje marcada por essa situação. Por omissão ou ação dos sociólogos, vai se transformando num cacete da pequena-burguesia, numa ciência adesiva. O pequeno-burguês, constringido pela esterilidade da sua condição de classe indefinida, mergulhado no mundo em que tudo se compra e tudo se vende, já não consegue entender as coisas banais da vida sem o socorro do sociólogo, do antropólogo, do psicólogo, do cientista político, do historiador, do economista ou de quem mais seja. A sociologia vai se constituindo numa das formas por excelência do conhecimento que a pequena-burguesia pode produzir e assimilar sobre o mundo que a rodeia. Temo que, com isso, ela venha a se transfor-

mar plenamente no filtro protetor do nariz pequeno-burguês contra o cheiro da vida. Por meio desse compromisso com as ilusões da pequena-burguesia, mesmo a chamada "sociologia esclarecida" acaba, muitas vezes, aprofundando e reproduzindo os compromissos burgueses do saber sociológico e as suas ambigüidades de origem.

Os sociólogos, também eles, via de regra, pequeno-burgueses, vão se deixando encantar por essa solicitação tão próxima, confortável, recompensadora — embora restritiva e castradora. Para isso, precisam ter sempre à mão um esquema e uma explicação, razão porque conformam-se, com indistigável prazer, à masturbação dos exercícios meramente teóricos (há os que preferem dedicar a vida à dissecação de um conceito, de uma "instância", como o de modo de produção, ao invés de utilizarem o aparato teórico ou de o fazerem progredir para entender e transformar a realidade, transformando com isso a própria teoria e a si próprios). Para esse tipo de sociólogo, a prática se reduz ao preenchimento de papéis nas oligarquias acadêmicas, ao exercício ilusório, mas nem por isso menos nocivo, da "ditadura interna" nos departamentos, institutos, comissões universitárias. No outro lado está o empirista vulgar, o sujeito firmemente convencido de que, colocando "rótulos sociológicos" sobre a realidade fétida, estará dando condições para que esta penetre na mente asséptica do pequeno-burguês sem causar-lhe danos.

O exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento, pode fazer da sociologia uma ciência e não um cacete.

Há, portanto, uma crítica que perpassa os estudos aqui reunidos. Fiz um contraponto com a so-

ciologia-cacoete e adesiva, o que fica mais claro nos três primeiros trabalhos. Fiz, também, contraponto com o sociólogo-super-herói, convencido, presunçoso e estéril da sociologia publicitária. Esses quatro trabalhos foram dirigidos diretamente a estudantes de ciências humanas e estão fortemente marcados pelas contingências do trabalho pedagógico. Apóio-me na idéia básica de que o ensino-aprendizado da sociologia, para não cairmos na sociologia adesiva, deve envolver a ressocialização do estudante, a fim de que ele não se transforme no sociólogo-super-herói; ao contrário, que se transforme no sociólogo militante. Nessa perspectiva, a importância da sociologia depende basicamente de que ela se comprometa com a transformação do mundo e com a dignidade do homem. Mas, isso somente poderá ocorrer se esse instrumento de transformação for utilizado para transformar o sociólogo no homem que, em comum com outros homens, transforma. Através dessa crítica na própria ação é possível fazer frente ao modo capitalista de pensar, abrindo passo por entre as condições que ele expressa e contém no rumo de uma sociedade transformada.

O primeiro estudo, "Tio Patinhas no centro do universo", resultou das dificuldades que encontrei para introduzir os meus alunos no mundo da reflexão crítica, num certo momento do meu trabalho docente. É uma ponte para colocar o leitor em contato com a discussão de Marx sobre o fetichismo da mercadoria e com a crítica do conhecimento que daí decorre. Essa colocação é essencial para a análise dos problemas da alienação na sociedade capitalista e para situar os compromissos da ciência social de Weber e Durkheim. A análise sobre o fetichismo é básica para o entendimento do modo capitalista de pensar, tanto em seus efeitos no conhecimento científico quanto no senso comum.

Os dois trabalhos seguintes têm por objetivo situar a militância a que me referi antes, como questionamento prático desse modo de pensar, indicando alguns fatores que perturbam a clareza de tal concepção na experiência de vida universitária e no exercício profissional.

Finalmente, o último estudo é uma tentativa de situar as bases do conhecimento dualista e de sua crítica. Trata-se de uma reflexão sobre a sociologia no seu compromisso com a realidade histórica que a produz. Aí procuro indicar as bases do conservadorismo do conhecimento sociológico e seus reflexos no trabalho prático do sociólogo.

Em suma, há um personagem presente nestes estudos, às vezes dissimulado, às vezes abertamente revelado, às vezes sociólogo, às vezes público interessado na sociologia, que é o pequeno-burguês em crise, dividido entre a adesão e a transformação, dividido entre a vigília que reprime e o sonho que liberta.

Tenho alguns débitos a registrar nesta oportunidade. A Oriowaldo Queda, companheiro e amigo, devo a indicação da obra de Nisbet, que eu ainda não conhecia, amplamente utilizada nas minhas considerações críticas do último capítulo. Em consequência dessa indicação eu já a havia incorporado criticamente em outros trabalhos, embora não tenha tido oportunidade de registrar, então, os meus agradecimentos. Creio que aqui e agora esse registro adquira um sentido mais amplo. José Vicente Tavares dos Santos, com a amizade de sempre, incentivou-me a reeditar o trabalho sobre Tio Patinhas, ressaltando para mim a sua importância pedagógico-política. Heloisa Rodrigues Fernandes e Paulo Silveira, dois amigos sempre generosos, interessaram-se pelo segundo e pelo último capítulos, fazendo observações pertinentes que me ajudaram

a explicitar algumas das ideias ali contidas. José Jeremias de Oliveira Filho não me tem faltado com a sua palavra amiga de estímulo, mesmo quando se trata de trabalhos menores, como os que reúno aqui, palavra que sobretudo valorizo porque dita em momentos de grande desânimo. O mesmo posso dizer de José César A. Gnaccarini e de Braz José de Araújo. Aos professores e alunos do curso de pós-graduação em Sociologia Rural da Universidade de Brasília sou agradecido pelos comentários, críticas e sugestões que fizeram ao texto aqui incluído como último capítulo. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, minha leitora predileta, leu e comentou criticamente estes trabalhos, ajudando-me a enxergá-los de um modo mais objetivo. Finalmente, sou agradecido aos meus alunos de todos estes anos que, com suas indagações, ajudaram-me a definir e situar pontos de vista aqui contidos.

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

1 de novembro de 1977

1 — Tio Patinhas no centro do universo *

"Bem, é que no nosso país", disse Alice, ainda um pouco ofegante, "o mais certo seria chegar a outro lugar — depois de correr tanto como nós fizemos".

"Um país muito lento!", retorquiu a Rainha. "Não, aqui, como vêis, é preciso correr o mais que se pode para ficar no mesmo lugar. Se quiseses ir para outro lugar tens de correr, pelo menos, duas vezes mais depressa!"

(Lewis Carroll, *Alice do outro lado do espelho*)

A grande esperança "de" cada um dos membros dessa incrível família de patos trajados de gente é a de que o caminho que os leva educativamente de coloridas folhas de papel aos nossos olhos e à nossa mente seja um caminho sem retorno. Alojados na nossa inteligência, esperam demarcar aí a posse ilícita do terreno em que pretendem vegetar na continuidade do imobilismo em que foram gerados e que constitui a razão de ser de sua existência. Nada de voltar às origens enriquecidos pela crítica vital de seus hospedeiros para, ao menos,

(*) Publicado originalmente em *Ciência e Cultura*, volume 27, número 9, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Setembro de 1975, pp. 943-948. Reproduzido no *Caderno de Sábado* (suplemento literário do *Correio do Povo*), Porto Alegre, 4 de setembro de 1978, pp. 8-9.

comprometerem-se com a vida do mundo que os produz. Seu modo de ser impõe que, nesse plano, um par de aspas seja, por prudência, colocado nos extremos da palavra "educativamente". É que a existência autoritária dos personagens é condição da ditadura dos quadrinhos. A reflexão crítica constitui inequívoca manifestação subversiva, pois democratiza a educação, transformando o hospedeiro-objeto de coisa passiva em pessoa. Nesse pequeno mundo fantasioso não é apenas cada personagem uma coisa contemplada, mas o próprio leitor é coisa, repositório passivo que nele se integra para abrigar sem reflexão cada membro da sociedade centrada nessa família.

Neste trabalho registro uma leitura sociológica das histórias cujos personagens são os habitantes de Patópolis, figuras criadas pela empresa de Walt Disney. Procuro descrever as relações sociais que vinculam os vários personagens e, através do seu conteúdo, mostrar que elas hierarquizam os patopolitanos por meio de uma escala implícita de valores fundada na figura do capitalista clássico. Essa escala de valores é que se pretende educativa, por meio da definição do gosto do leitor, procurando inculcar nele as noções morais de bom, ridículo, delinqüente e louco, entre outras. Tal leitura seria impossível sem a constatação preliminar de que cada personagem é, antes de tudo, mercadoria, que se vende e se compra. Daí resulta o imobilismo que explica os vários tipos e a posição passiva do leitor "educando". Torna-se possível, desse modo, a leitura sociológica das historietas, uma vez que a substância das relações sociais não está primeiro nos vínculos entre os personagens, mas sim na relação da empresa que produz e vende a história e o consumidor que a compra. A historieta sistematiza o universo simbólico que suporta e explica a relação entre produtor-vendedor e o comprador de

história em quadrinhos, projetando-o, no entanto, para todas as outras relações, como se substancialmente fossem uma única relação e, em decorrência, os personagens se reduzissem a um¹.

* * *

Tio Patinhas, além das suas excentricidades de rico, tem parentes, amigos e inimigos. Cada um possuído por suas próprias características, só consegue definir-se, no entanto, contrapontando com ele. Patinhas é o único personagem que serve de referência na definição e constituição de todos os outros.

Donald, seu sobrinho, vem primeiro na lista dos circunstantes. Um dos herdeiros da fortuna de Patinhas, persegue dolorosamente a existência anômala de rico potencial, cuja vida oscila entre o desemprego e os empregos que o Tio lhe oferece. Quando empregado pelo Tio vive, entre irado e apavorado, as humilhações que aquele o faz sofrer, desde o salário miserável até as artimanhas e engenhos utilizados para mantê-lo desperto e ativo conforme as

1. Com este artigo não tenho a descabida pretensão de parafrasear o surpreendente e ótimo estudo de Ariel Dorfman e Armand Mattelart (Dorfman e Mattelart, 1972) sobre o conjunto dos personagens das historietas industrializadas de Walt Disney. Apenas retomo uma análise que fiz em 1970, como recurso didático, em cursos de Sociologia para alunos de currículos diferentes do de Ciências Sociais. Recebi de diversas pessoas, especialmente ex-alunos, a sugestão para sistematizar e publicar as minhas formulações de então. Depois do resistir por algum tempo, arrisco-me a fazê-lo agora por várias razões, a principal das quais é a de que, fundando-se o trabalho na mesma perspectiva que orientou aqueles autores — decorrendo daí vários pontos de contato — guarde, no entanto, uma identidade própria que sugere a exploração de outros aspectos do mesmo tema, como notará o leitor.

expectativas do patrão. Sua humilhação é maior porque o delírio acumulativista de dinheiro do Tio transforma-o numa das peças de um sistema de produzir riquezas, cujo caráter espoliativo consegue perceber, mas ao qual se conforma para não ser deserdado. Excluído dos benefícios da riqueza que ajuda a crescer, com ela se compromete, como se por antecipação fosse sua. Vive o sonho de destruir a riqueza que na realidade lhe é vedada.

Seu drama é imenso. E pai sem ter filhos. Huguinho, Zezinho e Luizinho, os três sobrinhos, representam para ele um encargo paterno e um peso. Podem acompanhar, de modo adulto, toda a incompetência de Donald para o desempenho da maior parte das atividades a que o obrigam as circunstâncias, no emprego ou em casa. Sua determinação de vencer, a desesperada necessidade de ser capaz a que as expectativas inflexíveis de Patinhas o submetem, impedem-no de reconhecer-se incapaz, bem como o impedem de aceitar sugestões e auxílios dos três sobrinhos. E na interferência dos três que se apoia a maior parte das vitórias de Donald. São eles que, depreciando-o ainda mais, de fato se realizam segundo as regras de Patinhas.

Embora os três correspondam melhor às esperanças de Patinhas do que Donald, eles não repetem o modo de ser, as táticas, as intenções, os recursos do tio senil. São de uma geração de tecnocratas, para os quais não é viável o projeto do enriquecimento pessoal pelo trabalho, pela sorte e pela astúcia. Por isso, agem coordenadamente. Nunca cada um deles é senhor de um pensamento completo. No mais das vezes cada um se limita a emitir uma única palavra que se junta à palavra do outro e à do outro para que surja uma sentença e uma idéia. Estão articulados entre si como peças ajustadas de um mecanismo rigoroso. Eles têm o que falta a Donald — apenas os pedaços das idéias

— enquanto Donald tem o que já é obsoleto — as idéias por inteiro. Isso seria paradoxal, em se tratando de idéias, se para eles o pensamento e a inspiração não fossem objetivamente determinados. Para toda nova situação não há uma idéia nova: há o "Manual do escoteiro", fonte inesgotável de informações que cobre todo o saber possível e do qual se pode receber qualquer resposta ou dado com rapidez, como se viesse de um computador. Para eles a situação é clara: não existem para repetir individualizadamente as mesmas palavras, os mesmos gestos e os mesmos atos que criaram o universo de Patinhas. Não nasceram para produzir o universo, mas para reproduzi-lo.

É aí que representam um pesadelo para Donald, pois este é compelido a repetir sozinho palavras, gestos e atos do criador — Patinhas — sem efeito algum. Seus ataques de ira são indicativos de uma incapacidade fundamental para entender porque a sua atividade é estéril. É que sua condição de herdeiro obscurece a sua condição de trabalhador. Não está entre os deserdados da terra. Não pode ver na riqueza o produto do trabalho, inclusive do seu trabalho, porque ela constitui a massa de bens que espera receber e que é totalmente desproporcional à sua pequena participação na tarefa de produzi-la. Não pode ver-se na condição de explorador porque se vê na de beneficiário da exploração. Por isso, a sua indignação é sempre e justificadamente uma indignação pessoal, escoada para o nível da irritação descontrolada. Essa é a articulação adequada para transformar o pesadelo de Donald-trabalhador e Donald-desempregado em irritação cómica, em atividade comicamente desastrada. O drama do trabalhador é obscurecido pela comédia de do herdeiro.

Donald é também marido sem ter mulher. Sua namorada Margarida o submete ao regime duro do

parceiro de cama e mesa, sem as vantagens do cargo, transformado no perene carregador de pacotes e fazedor de serviços. Margarida não lhe oferece as penas cálidas e macias para que recoste a cabeça atormentada. Ela também o submete ao duro regime da exploração doméstica. De Margarida não se ouve ou vê uma palavra ou atitude de amor, de afeto desinteressado. Para ela, pata venal, a relação entre os sexos é assexuada e utilitária. Neisse plano, ela estabelece com Donald uma relação que amplia a sua esterilidade: não se acasalam nem procriam. Margarida é a fêmea fútil à espera da doação e da rendição incondicional e material dos patos. Não trabalha. Afora o trato das três sobrinhas (Lalá, Lelé e Lili), resumido no adestramento que, por contraposição aos sobrinhos de Donald, as transformará em novas Margaridas, esgota o seu tempo, acompanhada da galinha Clara, nas festinhas da sociedade, vivendo vicariamente a condição de consumidora, não se sabe a partir de que. Para ela Donald é importante apenas enquanto é servil.

Para manter Donald subjagado aos seus caprichos, não hesita em aceitar a corte de outros patos, enciumando-o. O primo de Donald, Gastão, pato de vida fácil, de características mais próximas às de Margarida, sistematicamente empenhado em cortejá-la, pode satisfazê-la em seu afã de consumo, representando sempre um desafio a mais para que Donald se empenhe na luta para preservar ao ganhar aquilo que deseja e nunca alcança: dinheiro ou companhia feminina. Só Margarida não perde — com Donald ou Gastão ela é herdeira virtual de uma parcela da fortuna de Patinhas.

Mas, Gastão é dotado de um dom: ele tem sorte, que lhe é dada por um infalível pé-de-coelho, desde que o tenha sempre consigo. Para ele, tudo se resolve graças aos eflúvios desse talismã, suporte

externo que legitima seu modo de ganhar a vida e até a futura herança de parte da riqueza de Patinhas. O talismã tem aí uma importância muito grande, pois Patinhas também tem o seu — a moedinha n.º 1. A presença desse componente mágico no universo de Patinhas constitui como que a fonte de um direito natural, o direito de enriquecer. Já que todos trabalham — Donald trabalha, Huguiinho, Zezinho e Luizinho trabalham e vários outros membros do universo trabalham — é preciso explicar porque uns têm a riqueza e outros não a têm. Esse componente mágico institui uma diferenciação interna fundamental no universo de Patinhas: há os predestinados e escolhidos, cujos talentos se multiplicam (estou aqui trocadilhando com a palavra bíblica "talento", usando-a ao mesmo tempo no sentido de moeda e de dom) e há os demais que não são servos nem bons nem fiéis, de tal modo que misteriosa entidade sobrenatural neles não confia. A sorte representa, portanto, um chamamento mágico, apoiado em símbolos externos. Com isso, nem Gastão nem Patinhas parecem senhores de si mesmos, pois ambos estão subjagados pelos objetos mágicos que lhes garantem a sorte e a riqueza. Dessa maneira, a excepcional riqueza de Patinhas torna-se legítima em face, por exemplo, da modesta existência de Donald. O componente mágico instaura a ordem do universo, pois, do contrário, o Pato Donald subversivamente declararia guerra a seu Tio, dando estrutura e direção à sua irritação perene, efetivando, pois, a profecia de que no fim dos tempos filhos lutariam contra pais, irmãos contra irmãos.

Aparentemente, a sorte de Gastão é destinada a contrabalançar as adversidades de Donald, através de um contraste que torna a este último mais uma vez cômico. Quase sempre, no entanto, a ajuda tecnocrática e secularizada dos sobrinhos de Do-

nald, senhores de um "talismã" moderno, o já referido "Manual do escoteiro", mediante recursos que separam o pé-de-coelho de seu dono, atenua, desvia ou inverte a privilegiada sorte de Gastão. Esse personagem serve, a um só tempo, para reforçar os fundamentos mágicos da existência de Patinhas e a sua negação, que é o recurso tecnocrático ao "Manual". O "Manual" é a esperança dos desesperançados. Num mundo crescentemente secularizado, o reinado absoluto dos talismãs na distribuição dos bens produzidos pelo trabalho comum poderia fazer com que o Donald irascível se transformasse no Donald consciente, descobrindo que a mágica supremacia dos talismãs poderia ser questionada e até destruída. O "Manual" "democratiza" mais do que o acesso à riqueza, a convivência com a distribuição desigual da riqueza, pois restaura, no plano secular, o princípio ordenador da vida social que encontrara sua primeira eficácia na sorte justificada pelos talismãs.

O Pato Donald não cumpre sozinho as adversidades do universo de Patinhas. Seu primo Peninha acompanha-o, de modo diverso, na trajetória desfavorável. Enquanto Donald é essencialmente um cumpridor de ordens, um pato no trabalho ou em busca de trabalho, Peninha é um pato cheio de imaginação e iniciativa. Sua imensa submissão e boa vontade no atendimento das ordens do Tio leva-o à constante tentativa de inovar. Entretanto, cada iniciativa e cada inovação revelam-se sempre desastrosas. Ao contrário de Donald, não amarga a impossibilidade do cumprimento formal do que lhe é determinado. Não consegue entender por que suas intenções nunca se realizam, por que levam sempre a atos que produzem resultados opostos aos desejados. Peninha não consegue entender nunca o que faz, pois entre a intenção, o ato e o resultado intrometem-se outros componentes da situação que

não estão sob seu controle, desvirtuando os seus objetivos. Por isso, não pode decifrar o sentido do que faz. Em termos mannheimianos, Peninha está mergulhado na racionalidade funcional de um universo instituído que "dispensa" os patos e os homens, absorvendo-os apenas no cumprimento do ritual dos papéis sociais rigidamente demarcados.

Peninha e Patinhas estão contrapostos, pois, no plano da criatividade. Enquanto o segundo é criador e criatura na gênese do universo, é senhor das ações e das consequências das ações, tem o domínio do que faz, com Peninha se dá o contrário. É que a criatividade de Patinhas se torna impessoal na medida em que ele se submete ao querer objetivo representado pela "moeda n.º 1". Nesse processo, submetido ao reinado das coisas, ele se torna agente e não sujeito da reprodução das coisas e do universo coisificado. Patinhas não é senhor do dinheiro, mas servo do dinheiro. Não é ele quem "diz" ao dinheiro o que deve ser feito, mas é o dinheiro que precisa do cérebro de Patinhar, de todos os seus músculos e sentidos, para cumprir a sua lei natural que é a reprodução crescente, incessante e inexorável. Por isso Patinhas é um homem atormentado com a segurança do seu dinheiro, pois está irremediável e totalmente identificado com ele. Peninha inverte a imagem de Patinhas. Tomado de iniciativas é vitimado por elas constantemente. É que essas iniciativas não são canalizadas para o feito natural do que nesse universo é concebido como criação. Peninha quer criar soluções. Patinhas quer criar dinheiro. Peninha não sucumbiu ainda à desumanização que a posse impessoal do sujeito pela riqueza impõe. É que as possibilidades de criar de novo o mesmo universo já estão esgotadas. A fase de acumulação originária encerra-se com Patinhas.

Donald, Gastão e Peninha nascem num mundo constituído e integrado. Nenhum pato pode possuir mais a envergadura heróica do civilizador Patinhas porque no momento histórico por este vivido os dons podiam ser encontrados no mesmo pato. Já seus sobrinhos receberam fatias de um mundo especializado: o trabalho para Donald, a sorte para Gastão, a iniciativa para Peninha. A associação entre eles, porém, não reconstitui o pato heróico: já estão confrontados e em conflito, à espera da herança que virá com a morte do Tio sovina e obsoleto, com suas suíças e polainas à antiga. Os pedaços não podem ser juntados para começar de novo porque cada um deles ainda está tomado pelo mito do capitalista-herói e considera, pois, que o seu próprio dom é o dom essencial. Desse modo, as frequentes associações entre Donald e Peninha resultam em fracasso, pois cada um tenta a seu modo assumir individualmente a totalidade do mundo. Os pedaços podem ser juntados apenas para reproduzir o já produzido, como fazem Zezinho, Huguinho e Luizinho. Não pode criar de novo quem não tem acesso à moeda n.^o 1 e à sua "vontade" impessoal. Os sujeitos misturam-se aos objetos, sem distinção entre uns e outros. Os sujeitos estão sobrecarregados de exigências e significações que não decorrem deles mesmos, tornando-se, portanto, estranhos em relação a si próprios. A natureza humana é subvertida pela mediação dos objetos criados pela atividade humana.

Somente quando essa família volta à natureza é que pode encontrar a sua paz. E na fazenda da Vovó Donald, no retorno ao mundo natural, que Patinhas aparentemente deixa de reinar, Vovó Donald a substitui. Aí ela é a senhora do mundo. A natureza dadivosa atenua a exploração dos patos pelos patos. Gansolino, o empregado da fazenda, pode tranqüilamente tirar as suas sonecas nos mon-

tes de feno sem que por isso a vida animal e vegetal do estabelecimento rural sofra grandes consequências. Nem por isso Vovó Donald deixará de fazer as suas tortas, sempre disponíveis para todos, inclusive para o próprio Gansolino. Por essas razões, as únicas reuniões familiares, em que todos confraternizam, são presididas por Vovó Donald, apesar da completa anomalia na estrutura familiar: ela é avó sem ter tido filhos; Patinhas é tio sem ter tido irmãos e o mesmo se dá com Donald; os três sobrinhos não conhecem pai e mãe. A trágica esterilidade biológica de todos os membros da família só é possível porque na verdade estão em diferentes graus destituídos de humanidade. Vovó Donald simboliza apenas a recomposição artificiosa do mundo natural. Ainda aí, por trás das aparências, é Patinhas quem reina. A unidade familiar em face da natureza é apenas utopia que ocasionalmente se concretiza para logo mais ser desfeita em resultado de processos substantivos que separam ao invés de unir, que conflitam ao invés de harmonizar.

E que a unidade do universo de Tio Patinhas não é garantida pela apropriação comum das condições de existência. Por isso, os parentes não formam uma comunidade, nem mesmo uma comunidade familiar e por isso não formam uma família. Os vínculos familiares mais constantemente presentes não são de parentesco por consanguinidade ou afinidade, mas são vínculos dominados pela linha de herança das riquezas. Entre um parente e outro interpõem-se os bens tidos ou esperados. Estão juntos porque a riqueza já acumulada, foi juntada.

Em consequência, as relações sociais que produzem outros personagens do universo, não parentes — amigos e inimigos — em nada diferem das relações aparentemente familiares.

Maga Patalójika, auxiliada por Madame Mia, está obcecadamente voltada para a captura da noeda n.º 1. Deseja para si a fonte mágica da riqueza e supõe que a posse do talismã fará com que ela, que já dispõe de tantos e variados poderes, possa reproduzir em seu benefício a riqueza de Patinhas. Nesse plano, ela e Patinhas são iguais. Ambos acreditam na importância transcendental do talismã como produtor e reproduzidor de riquezas. O talismã representa aí, para Patinhas e Maga, os riscos imponderáveis do capitalismo: a sorte de um é a desgraça do outro. Preservar a dimensão mágica da reprodução da riqueza não é apenas um elemento de coerência interna na ditadura dos quadrinhos, mas é também a tentativa de mostrar que o talismã, embora necessário, não é exclusivo. Maga tem poderes excepcionais, pode fazer e desfazer, mas não pode criar e recriar o capital, pois os outros dois componentes presentes na consciência burguesa de Patinhas — a iniciativa e o trabalho — não podem ser substituídos por bruxaria. Com Maga reforça-se o princípio do direito natural à riqueza, ao talento. No fundo, Maga serve para situar nos limites da ordem o pretenso caráter mágico da acumulação da riqueza. Não é o pato que escolhe o talismã, mas o talismã que escolhe o pato.

Enquanto Maga deseja apossar-se do que ela supõe ser a fonte da riqueza, os irmãos Metralha buscam apossar-se diretamente da riqueza já acumulada. No universo de Patinhas eles representam a conduta anômica dos que aceitam os fins do sistema, mas não os meios institucionais para alcançá-los. Tanto quanto Patinhas, estão sedentos de riqueza. Mas repudiam os caminhos institucionais para obtê-la. Na verdade, as experiências de cada um dos outros membros do universo, parentes, amigos e inimigos de Patinhas, constituem a reiterada demonstração de que os Metralha têm razão.

Acontece, porém, que a mesma riqueza gerada para as mãos de Patinhas cria os outros componentes do mundo, inclusive os recursos de defesa da apropriação privada da riqueza. A diferença entre Patinhas e os Metralha é que Patinhas chegou primeiro. A institucionalização dos canais de acesso à riqueza legitimou essa primazia, transformando em ilícitas todas as outras formas de apropriação dos bens. Daí que a vida livre dos Metralha seja sempre apenas curta temporada fora da cadeia. Estão sempre retornando à prisão. Basicamente são iguais a Patinhas, concordam quanto à acumulação da riqueza, discordando apenas quanto aos detalhes na forma de fazê-lo. Estão certos de que a melhor coisa do capitalismo é ser capitalista. O grau de organização dos Metralha para obtenção da riqueza chega a ser empresarial. Os ardis que são interpostos por Patinhas mostram que entre este e aqueles o que há é uma verdadeira competição, frequentemente decidida através da polícia que responde pela observância da conduta institucionalizada, que, garantindo a igualdade jurídica, garante ao mesmo tempo a desigualdade econômica (Dahrendorf, 1966:29). Em suma, os amigos de Patinhas são amigos do capital. Os seus inimigos são inimigos das formas institucionais e dos mitos de sustentação do capital, embora na verdade sejam amigos do capitalismo.

As histórias se tornam atraentes e engraçadas na medida em que os seus vários cômicos, como Donald e Peninha, retiram a sua comicidade das discrepâncias que há entre suas condutas e o personagem-padrão: Patinhas. A trama das historinhas é uma e sólida, amarrada pela valorização do capitalista-herói chamado Patinhas. Ora, Patinhas, sabemos, personifica o capital, assumindo a vida da coisa, vivificando o que é morto, o que é trabalho morto, social, acumulando em suas mãos particula-

res. Portanto, cada um é ridículo, delinquente, ingênuo ou louco na medida em que a sua razão particular não é a razão pela qual o capital se institucionalizou socialmente.

E nesse tipo de contraste que o cientista também tem a sua parte na degradação moral que vincula cada um ao Tio Patinhas. O prof. Pardal, inventor desastrado, desespera-se na tentativa de solucionar com a sua inteligência, as suas pesquisas e a sua incansável dedicação à invenção e à descoberta os grandes e pequenos problemas de Patópolis. Seu desligamento do mundo é proverbial nos quadrinhos, em que o cientista é freqüentemente apresentado como louco, ingênuo, alienado, sonhador, perigoso enfim. Por isso, Pardal não pode ter no universo de Patinhas senão a tolerância que piedosamente a nossa hipocrisia burguesa dedica aos alienados mentais. Ele se preocupa com pequenas coisas (e nisso é quase infantil), como a invenção de um pula-pula que facilite o transporte das pessoas, ou de um combustível que torne mais rápido, os meios de transporte, ou de uma banheira voadora. Vive, enfim, na esperança de resolver aflictivos problemas do dia-a-dia dos patopolitanos ou na esperança de antecipar e solucionar os problemas que os patopolitanos provavelmente enfrentarão no futuro. Só que Pardal esquece freqüentemente de uma coisa muito importante no universo de Patinhas: é que aí não há lugar para a primazia da utilidade dos objetos. Cada objeto tem que ser, antes de mais nada, uma mercadoria. Por isso, as loucuras de Pardal só desaparecem quando são absorvidas pelo delírio acumulativista de Patinhas. Quando este faz uma encomenda ou solicita uma invenção que resolva um problema crucial para o capital, como uma defesa contra os Metralha ou um equipamento que o torne mais rico. O cientista só deixa de ser doido quando trabalha para o capital, quando perde de

vista a perspectiva tola e infantil da condição humana dos patos para atender a demanda da reprodução do dinheiro pelo dinheiro. Aí ele se torna racional, porque a racionalidade é a dos objetos e a do enriquecimento que propiciam quando são comprados e vendidos.

Entre Pardal e Peninha há semelhanças e diferenças. As semelhanças dizem respeito à crença ineficaz na atividade criadora. As diferenças dizem respeito a que um se apóia no pensamento científico e o outro no senso comum para pôr em prática o impulso criador. Ambos são iguais, porém, quando ignoram que tudo "já está criado" se se leva em conta que a dinâmica do universo é regida pela riqueza acumulada que insaciavelmente precisa crescer.

De fato, o universo de Patinhas é educativo se tomamos a educação como veículo impositivo de valores. Diante dele as crianças e os adultos podem descobrir como são estúpidos, como são ridículos e alienados quando toleram que na sua personalidade se manifestem grotescos traços humanos. Patinhas constitui um chamado à razão: a razão que faz com que as coisas se relacionem umas com as outras como se fossem dotadas de condição humana e que faz com que as relações entre os homens pareçam relações entre coisas, conforme já observou um sábio alemão.

REFERÊNCIAS

1. Dahrendorf, Ralf, 1966. *Sociedad y libertad*. Editorial Tecnos S.A., Madrid.
2. Dorfman, Ariel e Mattelart, Armand, 1972. *Para leer al Pato Donald - Comunicación de masa y colonialismo*, segunda edición, Siglo XXI Argentina Editores S.A., Buenos Aires.

3. Goldmann, Lucien, 1967. *Dialética e cultura*. Paz e Terra, trad. de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Glêcia Vianna Konder, Rio de Janeiro.
4. Marcuse, Karl, 1946. *Libertad y planificación social*. Fondo de Cultura Económica, trad. Rubén Landa, México.
5. Merton, Robert K., 1964. *Teoría y estructura sociales*, trad. de Florentino Torner, Fondo de Cultura Económica, México - Buenos Aires.
6. Martins, José de Souza, 1974. *Conde Metarazzo, o empresário e a empresa - Estudo de sociologia do desenvolvimento*, 2.ª edição, 1.ª reimpressão, Hucitec-Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, São Paulo.

2 - A sociologia na militância do profissional de História *

"Sabes", acrescentou ele muito sério, "uma das coisas mais graves que pode acontecer numa batalha, é ficar sem cabeça".

(Lewis Carroll, *Alice do outro lado do espelho*)

Fui apanhado de surpresa para falar sobre um tema que me preocupa em termos de militância intelectual e não em termos estritamente acadêmicos. Trata-se, portanto, de tentar exprimir aqui o sentido dessa militância, mais do que situar a questão da segmentação do conhecimento nas ciências sociais, em diferentes disciplinas especiais, e de estabelecer as condições de relacionamento entre essas disciplinas.

Gostaria, inicialmente, de ressaltar que não compartilho da concepção positivista de conhecimento subjacente a este ciclo de conferências. Em nome

(*) Versão revista de uma exposição feita, a 1.º de outubro de 1973, para alunos do Departamento de História da Universidade de São Paulo, na abertura de um ciclo de estudos promovido pelo Centro de Estudos Históricos "Affonso d'E. Taunay". Publicado originalmente em *Ciência e cultura*, volume 26, número 10, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, outubro de 1974, pp. 935-939.

de uma crítica a uma concepção de História está-se, a meu ver, aqui, incorrendo na própria crítica através da aceitação do conhecimento segmentado em porções acessíveis às diversas disciplinas especiais, como a Sociologia, a História, a Antropologia etc.

É uma velha preocupação dos estudantes dessas disciplinas a de encontrar o caminho da recomposição da unidade do seu objeto. Entretanto, essa "recomposição" esbarra sempre com o fato fundamental de que vivemos numa sociedade cuja dinâmica conspira contra a recomposição da totalidade em que os nossos atos se inserem; totalidade essa que deveria ser o objeto da nossa reflexão intelectual.

Não creio, portanto, que a tentativa de confrontar a perspectiva da Sociologia e a perspectiva da História, de um lado, e, a partir daí, de outro, verificar em que medida a Sociologia pode iluminar a visão dos licenciados em História no exercício do magistério, não creio, repito, que seja assunto simples. Pois, dependendo do tipo de Sociologia, mais do que iluminar, pode obscurecer totalmente a visão desses profissionais.

Chegam a aparentar comicidade os esforços de estabelecimento das bases da segmentação do conhecimento nas ciências humanas, principalmente porque é sempre notável o caráter arbitrário dos procedimentos adotados e porque o objeto não é dócil às tentativas de submetê-lo à camisa de força das disciplinas especiais, ajustando-o ao cientificismo parcelador e coesificador do conhecimento. Eis aqui um exemplo dos malabarismos intelectuais que essa perspectiva impõe na definição e confronto dos campos da Sociologia e da História:

"A história procura verificar a sequência em que ocorreram os acontecimentos; é a disposição do comportamento no tempo. Os so-

ciólogos se interessam muito mais por mostrar as relações entre acontecimentos que ocorrem mais ou menos ao mesmo tempo. Os historiadores, quase que por definição, se limitam ao estudo do passado, e, freqüentemente, quanto mais distante o passado, melhor. Os sociólogos têm muito mais interesse pela situação contemporânea ou pelo passado recente. Os historiadores, com a notável exceção dos chamados 'filósofos da história', geralmente fogem da exploração de causas; contentam-se em verificar como as coisas ocorrem na realidade. Os sociólogos têm muito maior tendência a procurar as inter-relações entre acontecimentos e a propor seqüências causais. O historiador se orgulha da clareza e da especificação de minúcia que caracteriza sua disciplina. O sociólogo tem maior tendência a abstrair da realidade concreta, a categorizar e generalizar, a interessar-se pelo que é verdade não apenas a respeito da história de um povo específico, mas das histórias de muitos e diferentes povos. Na perspectiva do historiador, esse processo sociológico de abstração da história de diferentes países ou períodos é visto como capaz de deformar a realidade característica de um determinado lugar ou período." (Inkeles, 1967:41)

A imprecisa definição do "tempo" da História e do "tempo" da Sociologia ou o caráter concorrencial das relações entre uma e outra disciplina são indicações da presença tensa do objeto nessas modalidades segmentadas do conhecimento. Por outro lado, a concepção acaba tornando-se contraditória quando a "concorrência" entre as disciplinas cede lugar à atribuição de um caráter natural c

supra-histórico aos fenômenos sociais submetidos à análise do sociólogo, na medida em que à Sociologia interessam fenômenos definidos por sua generalidade e caracterizados por regularidades de coexistência. Ao contrário, à História interessam as singularidades do comportamento humano. Assim sendo, a facilidade de abstração faz com que se conceba o humano como histórico e não-histórico a um só tempo.

Apesar da desistorização do social em concepções como essa, em que se enfatiza a ótica operacional no estabelecimento do campo e objeto de cada uma das ciências humanas, já os fundadores da Sociologia defrontavam-se com o problema de dar conta, teoricamente, da mudança social. Um autor como Durkheim é frequentemente (e injustamente) abominado pelos estudantes de Ciências Sociais — especialmente os principiantes — porque a sua sociologia é caracterizada, de modo absolutamente incorreto, como “sociologia estática” (sic), desejando-se, com isso, dizer que não é a sociologia em si mesma “estática”, mas que a perspectiva a ela subjacente privilegia e retém as recorrências da vida social, as configurações e não os processos. Essa é uma concepção compreensivelmente ingênua, que não leva em conta os fundamentos supra-empíricos da Sociologia no positivismo e as suas linhas mestras iniciais: a da estática e a da dinâmica (a da ordem e a do progresso). Embora a estática não seja senão, como dizem Adorno e Horkheimer, fruto do espírito que se apaixona pela ordem e tenha uma posição privilegiada na construção do pensamento sociológico, a sociologia é uma ciência que nasce “torturada” pela necessidade de explicar as transformações sociais. Justamente na obra de Durkheim pode-se notar que certas noções centrais estão relacionadas entre si de maneira tal que possam dar conta de fenômenos diretamente relacionados com a mudança

social. A noção de *anomia* está estrategicamente referida à concepção de que, à medida em que o substrato da vida social se transforma e esta passa a fundar-se na divisão social do trabalho, impõe a necessidade de mudanças na *consciência coletiva*. A anomia decorre de um não ajustamento entre o novo substrato e a consciência que permanece anormalmente referida a um substrato que já deixou de existir ou enquistou-se, com uma importância não essencial, nos segmentos da sociedade. O nascimento da Sociologia está diretamente referido à necessidade de dar conta cientificamente do caráter problemático desse ajustamento anômico. Como dizia Durkheim:

“Estender à conduta humana o racionalismo científico é, realmente, nosso principal objetivo, fazendo ver que, se a analisarmos no passado, chegaremos a reduzi-la a relações de causa e efeito; em seguida, uma operação não menos racional a poderá transformar em regras de ação para o futuro. (...) Só nos sentimos tentados a ultrapassar os fatos, seja quando os explicamos, seja quando dirigimos seu curso, na medida em que os julgamos irracionais.” (Durkheim, 1960: XVI).

A transição da solidariedade mecânica, que consiste na integração social pelas semelhanças que unem os sujeitos entre si, para a solidariedade orgânica, que decorre da integração funcional dos segmentos sociais que frutificam da divisão do trabalho, se dá fora dos marcos da deliberada interferência humana e, por isso, reclama a intervenção elitista do sociólogo que contribui para sistematizar nos códigos a moral “adequada” à vigência da divisão do trabalho. Essa transição tem, portanto, um caráter objetivo que se expressa no aumento da

densidade moral da sociedade, isto é, pela crescente proximidade entre as pessoas resultante do aumento da densidade demográfica e da intensificação das relações sociais por força desse adensamento ou por força do incremento da comunicação. A transição não é, assim, acompanhada por uma igualmente "natural" interpretação, no nível da consciência comum, das transformações sociais. Nesse quadro, a racional interpretação das mudanças obedeceria a leis distintas daquelas que regulam a transição objetiva de um tipo de solidariedade a outro. O homem social, aquele cuja "figura" é concebida pelo conhecimento sociológico clássico, apresenta-se, assim, como um homem cuja "cabeça foi cortada": as implicações sociais da sua conduta estão desligadas das reflexões que pode desenvolver a respeito delas, das normas que pode formular para organizar as suas ações.

Esse é um ponto de tensão no interior do pensamento sociológico, exatamente porque a tentativa de "enxertar a cabeça decepada" acaba produzindo uma outra modalidade de sociologia, aquela que enfatiza a dimensão psicológica da conduta como material de referência do sociólogo. Cabe ressaltar que é grosseiro esse modo de situar os dilemas internos da sociologia. Dependendo da corrente teórica, o refinamento é maior ou menor, bem como a sua complexidade e implicações. Alguns autores que têm trabalhado com a sociologia do conhecimento procuram reduzir esses dilemas a um confronto entre o que chamam de "as duas sociologias" (a sociologia do sistema social e a sociologia da ação social). Para nós, neste momento, interessa principalmente ressaltar que houve uma espécie de combinação paradoxal entre o caráter "natural" das transformações sociais (tal como é concebido, por exemplo, nas noções de "densidade moral" e de "substrato da vida social") e a dimensão psicológica

das relações sociais (como é concebida no voluntarismo parsoniano) para, de uma maneira de modo algum tão linear e nítida, desembocar na concepção de processo social. É claro que há uma variedade de concepções de processo, mas uma delas, que nos interessa porque intenta, no mesmo tempo, reter os dinamismos sociais e a interpretação subjetiva da conduta, acabou enfatizando o nível psicológico e "natural" das relações sociais. Nesse ponto, ao encontrar o caminho para analisar sociologicamente as transformações sociais, a Sociologia contraditoriamente, perdeu a História de vista.

Assim, através dessa noção de processo, a Sociologia busca apreender as modificações que ocorrem na vida social, a dinâmica social, mas fá-lo fora dos quadros de apreensão da História. Em contrapartida, como mostra o texto de Inkeles, na divisão dos campos do conhecimento, a reflexão histórica resta lidar com os resíduos fenomênicos dos processos sociais: sobra-lhe a História sem espinha dorsal — a sucessão de eventos e figuras articulados pela cronologia. Daí que, no limite, essa tenda a ser uma história de heróis, reis, imperadores, guerreiros — os epônimos, enfim, que somente a consciência dominante, mas não a ciência, pode forjar como "objeto" da História. Embora o historiador competente possa considerar essa perspectiva conservadora inteiramente ultrapassada e possa dizer que hoje, mesmo num país como o nosso, a História está trabalhando em bases modernas, cabe indagar até que ponto a perspectiva do competente historiador faz presença na militância do licenciado em História e até que ponto um senso vulgar tem estado presente, por força das circunstâncias, se não na pesquisa ao menos na prática do historiador.

A superação desses dilemas depende basicamente da adoção de uma perspectiva de obtenção do

conhecimento que retenha a unicidade da História, que ultrapasse e até explique as distinções cronológicas, sem fazer delas o ponto final dos campos do conhecimento da Sociologia e da História. Nesse sentido, essas formas de conhecimento terão que lidar com atos cuja significação só se desvenda por inteiro na medida em que são atos referidos e mediados pela realização da História. Algumas implicações desse modo de ver as coisas devem ser consideradas:

Em primeiro lugar é preciso refletir sobre o que está por trás da segmentação do conhecimento em disciplinas especiais que só por artifício de abstração torna múltiplo um objeto que resiste ao rompimento da sua unicidade. E preciso saber de quem são os olhos que vêem o mundo desse modo segmentado. Essa alteração de perspectiva torna impossível determinadas modalidades de separação entre campo da Sociologia e campo da História, sobretudo no que diz respeito à História Contemporânea, à definição do passado como momento que é abrangido pela discussão do historiador e o presente como momento que é abrangido pela discussão do sociólogo. Em suma, cabe saber se a ausência dessa alteração de perspectiva corresponde de fato a uma verdadeira apreensão da História. E, em contrapartida, permanece a dúvida a respeito de se de fato o conhecimento de uma Sociologia que quer dar conta das transformações sociais, sem dar conta da História, representa uma contribuição na formação seja do historiador seja do professor de História.

Em segundo lugar, se vivemos numa sociedade cuja dinâmica conspira contra o reencontro da totalidade em que se inserem os nossos atos, é claro que estamos de algum modo "condenados" a viver a segmentação das ciências sociais, enquanto profissionais, porque essa segmentação é uma necessidade

histórica da sociedade em que vivemos. Quando mais não seja estamos condenados a viver essa segmentação fazendo conferências ou palestras sobre as relações entre a Sociologia e a História. Entretanto, inquietações como as que suscitaram a necessidade de levar a efeito este ciclo de discussões, os dilemas intelectuais com que os pesquisadores se defrontam constantemente e até a crise existencial que pode afetar um professor no exercício do magistério (porque ele pode compreender amplamente o significado ideológico da barreira cronológica ao prosseguimento do seu discurso e da sua reflexão organizada a respeito das ações humanas), são alguns dos fatores que conspiram, por seu lado, contra uma dúbia concepção de História. Na mais ausente das disciplinas, a prática pode abrir um caminho para a passagem da contemplação da História-objeto para um compromisso com a História.

Em terceiro lugar, essa reformulação implica em, ao menos, começar a refletir sobre quem são realmente os personagens da História, sobre quem faz concretamente a História. O tipo de história vulgarmente cultivado exclui da discussão histórica uma grande maioria da população, como se essa não estivesse envolvida na realização da História. E essa perspectiva é a que está com grande frequência presente no ponto de vista de quem organiza e ministra o conhecimento. Na verdade, há aí uma concepção elitista de História, que não é apenas a resultante de uma deformação ideológica do conhecimento, mas é principalmente elemento de organização de uma prática intelectual conservadora e, até, reacionária.

Esse último ponto merece uma consideração mais detalhada, justamente possível quando se trabalha a partir de uma visão totalizadora e histórica das situações sociais. O que vemos aí é que a mais alheia

das tendências está, na verdade, profundamente arraigada no presente: seus temas, suas modalidades de trabalho e até seu material são manipulados de conformidade com as situações, inclusive e especialmente a profissional, vividas pelo historiador e pelo disseminador do conhecimento histórico. Mesmo a suposta neutralidade ética dos famigerados livros didáticos raramente tem qualquer coisa de neutra. A sua freqüente ingenuidade não é gratuita, pois nós sabemos que não são as intenções subjetivas do autor que dão conta de todas as implicações objetivas e atuais da obra.

Creio, pois, que à formação do professor de História só pode ser útil uma Sociologia crítica que o eduque para situar como objeto de conhecimento a sua própria disciplina e a sua própria profissão. Desse modo ele poderá avaliar, por exemplo, de maneira correta, em todas suas lamentáveis implicações, um fato como o da implantação do curso de Estudos Sociais na escola de segundo grau. E então poderá perguntar-se: para *que* serve a História? a *quem* serve a História?

A Sociologia só tem sentido na formação do historiador e do professor de História, como na formação de outros profissionais, enquanto disciplina que, sendo capaz de situar-se a si mesma e de descobrir os seus vínculos com a História, possa contribuir para ampliar e alicerçar a consciência crítica a respeito das situações em que se dá a prática desses profissionais. Nesse plano, o ato de ensinar História transforma-se em ato diretamente inserido na realização da História, o que explicita o compromisso de cada um com o processo histórico. É claro que, dependendo do contexto, esse ato pode ser até mesmo um ato heróico.

REFERÊNCIAS

1. Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max, 1966. *Sociologias*, trad. Victor Sánchez de Zavala, Taurus Ediciones S.A., Madrid.
2. Coelho, Ruy Galvão de Andrada, 1969. "Sociologia e história", in *Revista de história*, n.º 77, São Paulo.
3. Dawe, Alan, 1970, "The two sociologies", in *British journal of sociology*, vol. 21, p. 207-218.
4. Durkheim, Émile, 1960. *As regras do método sociológico*, nova tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2.ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
5. Fernandes, Florestan, 1960. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
6. Goldmann, Lucien, 1958. *Las ciencias humanas y la filosofía*, trad. Josefina Martínez Alinari, Ediciones Galatea Nueva Vision, Buenos Aires.
7. Ianni, Octavio, 1971. *Sociologia da sociologia latino-americana*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
8. Inkeles, Alex, 1967. *O que é sociologia?*, tradução de Dante Moreira Leite, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

3 — Há uma crise no ensino das ciências sociais? *

"Então, o melhor é experimentar o sentido oposto".

(Lewis Carroll, *Alice do outro lado do espelho*)

A organização de simpósios, "semanas" e reuniões de debates sobre o ensino e o objetivo das Ciências Sociais já não é uma novidade entre nós. Nos últimos dez anos pelo menos três grandes "convocações gerais" foram feitas nesse sentido, agora as discussões em pequenos grupos e a preocupação individual de alunos e professores com o tema. A realização de um Simpósio de Ciências Sociais, como este, é oportuna justamente porque enseja uma avaliação do fenômeno que ele próprio representa. Para tanto, pode-se tomar como referência três questões essenciais que perpassam os pontos de vista de professores e estudantes sobre o curso de

(*) Comunicação lida no Simpósio de Ciências Sociais realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 7 a 11 de agosto de 1972. Esta é uma versão revista do texto original. Publicada em *Ciência e cultura*, volume 25, número 10, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, outubro de 1973, pp. 935-939.

Ciências Sociais e que foram arrolados no documento-base deste Simpósio.

Carece de fato o currículo de Ciências Sociais da definição de objetivo? Impõe-se, realmente, a integração dos programas das várias disciplinas e o estabelecimento de uma coordenação intelectual entre os docentes em função de um pressuposto finalista? O curso de Ciências Sociais deixou, ou está deixando, de ser um curso de elite para se transformar num curso de massa e deve, conseqüentemente, fazer um ajustamento técnico a essa nova circunstância?

A primeira das questões, a da definição do objetivo do curso, pretende exprimir uma desarticulação interna do currículo ou, em termos que explicitam melhor do que nada uma das dimensões perigosas dessa colocação, pretende evidenciar a ausência de uma articulação racional e funcional de conteúdos de disciplinas e modalidades específicas de conhecimento. (No fim das contas: racional e funcional em relação a que?) O finalismo implícito nessa preocupação é de natureza autoritária e tem como premissa uma "ciência social administrativa". A implicação necessária de uma concepção dessa ordem é a de que o curso de Ciências Sociais deveria ser um curso de *adestramento* e não um curso de *formação*. A distinção entre esses dois aspectos é simples. De um lado, o objetivo do curso seria dado por determinadas ocupações presumivelmente existentes no mercado de trabalho, cujo desempenho seria previamente definido pelos empregadores. Nesse caso, a universidade assumiria a característica de escola técnica ajustada a fins definidos fora dela e sem a sua intervenção. Do outro lado, valores que encontram abrigo na universidade (e que às vezes são hostilizados fora dela, quando não dentro dela própria) teriam preeminência na definição dos rumos e tendências do curso de Ciências Sociais, de tal

modo que pudesse gerar profissionais capazes de criar muito além das restritas ou nulas possibilidades de inovação dadas pelos papéis profissionais já existentes. A universidade, através dos seus diplomados, desempenharia, assim, funções criadoras. É evidente que essa última concepção tem um conteúdo utópico, no sentido em que Mannheim emprega a noção de utopia — como projeto viável de uma sociedade futura compartilhado por determinados grupos sociais. A questão, uma vez proposta, é sumamente grave, pois envolve a renúncia à existência da universidade como tal. E é tanto mais grave porque, num país como o nosso, as condições sociais da criação em geral e da "criação social" em particular estão encurraladas (e em estado de sufocação) em dois ou três núcleos universitários.

A segunda das questões, sobre a integração das disciplinas do currículo, tem um *a priori* discutível e é de saber se de fato tal integração pode ocorrer e se de fato tal integração é desejável. Nos termos da resposta já insinuada na proposição, desejável ela o é, porque o ponto de partida de tal questionamento é o da implantação de uma racionalidade formal na definição do teor do curso. Mas esse desejo traduz apenas e simplesmente a adesão aos mecanismos ideológicos que visualizam a escola (qualquer que seja o seu nível e a sua especialidade) como empreendimento administrativo e/ou econômico, cujos fins supõe-se que devam ser avaliados a partir da implantação do mesmo tipo de eficiência que garante o êxito da empresa moderna. No entanto, não se faz aí a distinção fundamental entre a empresa e a escola, nem entre a quantidade e a qualidade. A primeira deve ser eficiente na rentabilidade do capital, e o miolo do seu funcionamento é a contabilidade. A segunda deve ser eficiente na "criação" de tipos humanos que não só atendam certas necessidades materiais da sociedade, mas que acima de tudo pos-

sam estabelecer um compromisso indestrutível com valores que transcendam os mecanismos internos de sustentação deste ou daquele sistema, na pesquisa sistemática e descomprometida e no ensino. E essa não é mera questão de contabilidade, de saber-se quantos alunos formamos ou deixamos de formar, quantos foram reprovados ou quantos obtiveram determinado grau com distinção. Se fosse, seria reduzir a universidade a uma função mesquinha, vale dizer, seria destruir a universidade. É evidente que tal integração nada tem a ver com o diálogo e a coordenação entre os professores (talvez fosse melhor dizer: com a discussão no interior da comunidade científica). Pois, a pretendida integração e coordenação é a negação do pretendido diálogo. Aquelas são a morte para este, pois na diferença, na discordância, na originalidade, na criação e até mesmo na preservação da singularidade de perspectiva de uma modalidade de conhecimento é que está uma das dimensões básicas para definir qualquer instituição como verdadeira universidade.

Há finalmente, a questão da contraposição elite/massa. A transposição desse par de conceitos de um certo tipo de sociologia para simplesmente definir o crescimento, embora significativo, do número de alunos presentes nas salas de aula deste e, praticamente, de todos os outros cursos das universidades brasileiras, constitui a meu ver uma arbitrariedade de julgamento, incapaz de resistir a uma análise mais consistente. E de se considerar, antes de mais nada, que a massificação só se manifesta como *forma de relacionamento* entre comunicador (no caso, o professor) e receptor (no caso, o aluno), forma essa em que a interação das partes se faz através de recursos técnicos "modernos" que impossibilitam ao aluno participar do processo fora das expectativas do comunicador e de termos formais, quantitativos e reativos. No caso, o processo social é truncado.

Deixa de existir, portanto, na situação de classe, a comunidade intelectual caracteristicamente universitária. A massificação não é, pois, o produto inevitável do acrescentamento numérico dos estudantes nas salas de aula. Ela consiste numa concepção paralela e intimamente ligada ao projeto de transformação quantitativa e qualitativa da universidade em detrimento da pesquisa "descomprometida", da liberdade de ensino, do espírito criador e de um alto nível de exigência na atividade docente. No entanto, a preservação de um estilo de ensino baseado na reciprocidade entre o professor e o aluno, nas condições já adversas das classes numerosas e lotadas, passa a ser acoimada de "elitista". E aí a palavra tem duplo sentido, pois pretende caracterizar essa forma de ensino como arcaica e exclusivamente compatível com uma população de origens sociais privilegiadas. Ela é apresentada, já no plano dos valores, como ineficiente e iníqua. Contudo, acaso o maior número de alunos modificou o fato de que os que têm acesso aos cursos universitários continuam constituindo uma elite, não só pelo privilégio do ingresso na universidade, como também pela possibilidade de participar privilegiadamente na sociedade? A proposição da questão elite/massa como problema da universidade é praticamente um trocadilho, pois pretende que numa situação de massa se esteja mantendo um ensino elitista; só que a massa não é massa, é também elite. Al está evidenciado claramente o aspecto diabólico desse jogo de palavras que pretende "conciliar" as inquietações e dúvidas existenciais do estudante, de um lado, com a redução do ensino das Ciências Sociais (e das outras ciências) a um problema técnico de transmissão de *quantidade de informações*, de outro. Resta saber se, do ponto de vista da preservação de valores que se abrigam na

universidade, a troca da formação pela informação não implica em onerar o presente e o futuro da sociedade, metamorfoseando a discursível e de qualquer modo sanável iniquidade contra alguns numa irremediável iniquidade contra quase todos.

Essas três questões, que tomei como referência porque são mais significativas e mais me tocam como professor e pesquisador, só podem ser equacionadas e compreendidas por referência a uma situação e a uma problemática mais vasta que não a mera referência institucional. Para tanto é preciso rebatê-las para o contexto histórico que suscitou o aparecimento da Universidade de São Paulo, que é tomada como ponto de apoio não só porque nela — alunos e professores — desempenhamos as nossas atividades, mas porque a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constitui-se em protótipo de quase todas as instituições similares no Brasil. Esse contexto histórico revive, por incrível que pareça, em cada formatura da Faculdade, sem que dele se dê conta o aluno, mesmo após 4 ou 5 anos de vivência universitária. Afinal, por que os alunos recebem na ocasião dois diplomas, o de bacharel — que os habilita para o exercício profissional na área da sua formação curricular — e o de licenciado — que os habilita para o exercício do magistério?

O surgimento da Universidade de São Paulo, como tal, está intimamente ligado à crise brasileira em geral e paulista em particular durante a década de 30. Mas, quando se fala em surgimento da Universidade de São Paulo melhor seria falar em surgimento da sua antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje dividida em vários Institutos universitários, pois foi essa Faculdade constituída para aglutinação das demais, como centro de formação de

pesquisadores de alto nível e, após a absorção da antiga Faculdade de Educação, de professores que levassem para as outras unidades da Universidade e para a escola secundária a sua produção intelectual e humana.

Pesquisa e ensino estavam estreitamente vinculados pela preocupação central, mediatizada pela formulação, ainda que um tanto difusa, dos educadores, de que seria necessário conhecer a realidade brasileira e efetivar nela uma intervenção modernizante. A licenciatura pela Faculdade de Filosofia permitiria criar o agente dessa intervenção, que seria o professor secundário. O ensino da sociologia, que contava então com a simpatia e o patrocínio das elites paulistas, tinha ambições mais amplas. O professor de sociologia era destinado ao curso de formação de professores primários, de tal modo que pudesse ele também contribuir para o surgimento de um agente de segundo escalão capaz de atingir um público muito mais numeroso do que o da escola secundária. No fundo, a sociologia não foi proposta apenas como disciplina a ser ensinada a título de ilustração, mas como instrumento que incrementasse as funções ressocializadoras da escola e permitisse a disseminação de um novo tipo humano. A sociologia foi atribuída, portanto, uma função a seu modo criadora.

Por aí se entende que os grandes temas dessa fase tenham sido a educação, em primeiro lugar, e, secundariamente, o negro, os cultos afro-brasileiros, as manifestações folclóricas, o caipira, etc. Ou seja, os sujeitos e os aspectos da realidade mais discrepantes em relação ao modo de vida urbano.

Três eventos ocorridos há já algum tempo, entre 1961 e 1963, constituem, a meu ver, o marco divisorio entre essa fase e a que nos encontramos. O

entendimento dessa passagem é fundamental para compreensão das perplexidades atuais.

Primeiramente, em 1962 ocorreu a reestruturação do currículo de Ciências Sociais no Brasil, de modo a torná-lo flexível para ajustamentos profissionais mais amplos do que a alternativa limitada do ensino da sociologia nas escolas normais. Foi definido um currículo mínimo de disciplinas básicas, cuja complementação o aluno faria livremente com disciplinas optativas. É o padrão que perdura até hoje e que, no meu entender, continua válido.

Em segundo lugar, deu-se praticamente a morte da temática educacional como objeto de preocupação tanto para os novos quanto para os antigos pesquisadores. Novos desafios temáticos haviam surgido com o desenvolvimentismo. Embora a sociologia tivesse mantido o compromisso com o projeto reformista e modernizador que estava por trás do seu aparecimento na Universidade, deslocou-o da tarefa "mais rudimentar" e imediata que seria a da constituição do agente humano do processo de modernização para a análise macrosociológica das situações e problemas do desenvolvimento. Contudo, ao contrário do que acontecera com a formação de professores para o ensino da sociologia nas escolas normais, não pôde, e ao que parece nem cabia, limitar a interferência na realidade através da produção de um agente que fosse fundamentalmente profissional. É de presumir que essa limitação significaria para pesquisadores, professores e estudantes o rompimento do compromisso ideológico com a realização de um projeto nacional de desenvolvimento, pois no nível da atuação profissional e institucional a sociologia assumiria funções conservadoras que poderiam cercear e comprometer os alvos mais ambiciosos do projeto.

Finalmente, essa época marca também a realização dos últimos concursos de ingresso no magistério

secundário e normal para o ensino da sociologia*. A crise de oferta de professores especializados para atender a demanda gerada pela proliferação de escolas secundárias nos governos Jânio Quadros e Carvalho Pinto provocou não só a criação dos institutos isolados de ensino superior, que procuraram seguir o padrão da USP (onde foi recrutada a maior parte do seu corpo docente), mas também provocou a improvisação de docentes nas próprias escolas secundárias, o que até hoje se mantém. Isto é, as novas escolas secundárias passaram a recorrer ao professor leigo para ensinar diversas matérias: médicos foram improvisados em professores de biologia ou, o que é mais grave, de ciências naturais; padres, pastores e advogados foram improvisados em professores de história, geografia, português, sociologia, etc. Tem sido até mesmo uma amarga experiência de profissionais autênticos a da convivência, nessas escolas, com "professores" que se dispõem a dar aula de "qualquer coisa".

(*) Essa é uma situação generalizada, que abrange não só a sociologia, mas também as outras disciplinas. "Dos quase 40 mil professores da rede secundária estadual, cerca de três mil são estáveis, pouco menos de oito mil são efetivos e os demais — aproximadamente 75 por cento — compõem a categoria dos admitidos a título precário." Sintetizando:

<i>Condição</i>	<i>Números absolutos</i>	<i>Porcentagem</i>
Estáveis	3.000	7,5%
Efetivos (concursados)	8.000	20%
Admitidos a título precário ..	29.000	72,5%
<i>Totais</i>	<i>40.000</i>	<i>100%</i>

Cf. "O estável pode ser efetivado", in *O Estado de S. Paulo*, 9 de novembro de 1972, p. 28.

Lamentavelmente, desde então, os próprios estudantes e licenciados de Ciências Sociais passaram a considerar degradadas as funções docentes, preferindo a acomodação em empregos burocráticos e técnicos na Capital. É espantoso verificar que em todos estes anos nenhuma forma de reivindicação e pressão legítima tenha sido usada no sentido de que se realizem regularmente concursos públicos para preenchimento de vagas de titulares de sociologia, nas centenas de escolas secundárias e normais existentes, por licenciados em Ciências Sociais. * O concurso passaria a limpo a questão do professor competente e afastaria do ensino secundário milhares de improvisadores (inclusive estudantes e licenciados em Ciências Sociais que ensinam disciplinas diversas daquelas em que tiveram formação específica). Com o número de profissionais que se forma hoje na USP, na PUC, na Unesp, na Unicamp e em uma ou outra escola particular de bom

(*) Não se pode dizer que o recente questionamento da disciplina de Estudos Sociais tenha tido o vigor necessário. Há para isso diversas razões. Primeiramente, porque os professores de cada especialidade docente envolvida (Sociologia, História e Geografia) resolveram, muito positivamente, defender as excelentes virtudes da sua própria disciplina. Ora, a questão dos Estudos Sociais não é uma questão meramente educacional — é uma questão essencialmente política. Levantá-la significa questionar, ao mesmo tempo, o regime que violenta a liberdade de ensino e a dignidade do professor, tornando este último a operar como agente policial na sala de aula, através da disseminação, entre adolescentes, de uma modalidade de saber necessária à sustentação da ditadura. Em segundo lugar, a repressão ideológica e policial, apenas parcialmente configurada no decreto 477, que todo estudante e todo professor conhecem muito bem, tem um efeito inibidor que não pode ser esquecido. Em suma, a fragilidade política dos professores e estudantes tem se combinado com a cosuadia e impunidade do regime para produzir a atual calamidade educacional.

nível, seria possível organizar no Estado de São Paulo um ensino secundário de alto padrão.

Essas considerações me permitem concluir pela necessidade de que o curso de Ciências Sociais, ao menos nos seus anos básicos, mantenha a preocupação, qualquer que seja o número de alunos, de ser não só um curso voltado para a transmissão de simples informações necessárias ao conhecimento do que é a sociologia. Mas que preserve um tipo de relacionamento com o aluno que implique na ressocialização daquele que, ao buscar o curso de Ciências Sociais, encontre não só um conjunto de informações teóricas e empíricas, mas também um modo de viver traduzido num estilo de trabalho escolar e num projeto coletivo criador. Só a discutível separação dessas duas dimensões cruciais é que torna possível optar pela massificação do ensino e que permite propor questões como a da redução do nível do curso às graves limitações que o aluno traz do secundário ou a do seu ajustamento a aspectos limitados de um mercado de trabalho, extra-ensino, ainda indefinido.

É evidente, portanto, que as tensões e problemas freqüentemente apontados como frutos de uma estruturação precária do currículo de Ciências Sociais, radicam numa situação social inclusiva, tensa, desorganizada e crítica. Essa situação se traduz nas próprias ambigüidades do estudante universitário que se vem transformando no principal (e involuntário) agente de passagem dessa crise da sociedade para o interior da universidade. Nesse plano, tende a confundir uma coisa com outra, como estamos vendo neste Simpósio. E quando encara os problemas que aparecem na universidade como problemas da universidade, que *nela* podem ser resolvidos. Em grande parte, essa concepção pequeno-burguesa do mundo acadêmico é fruto da própria renúncia a que a universidade tem se devotado — abrindo mão de um compromisso agressivo com o processo histórico.

BIBLIOGRAFIA

1. Azevedo, Fernando de, 1958. "A Universidade de São Paulo", in *Ensaio paulista*. Editora Anambi S/A, São Paulo, pág. 215-226.
2. Candido, Antonio, 1958. "Informação sobre a sociologia em São Paulo", in *Ensaio paulista*. Editora Anambi S/A, São Paulo, pág. 510-521.
3. Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro, 1971. *A universidade como projeto: um estudo de ideologia educacional*, manuscrito.
4. Fernandes, Florestan, 1958. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. Editora Anambi S/A, São Paulo.
5. Fernandes, Florestan, 1963. *A sociologia numa era de revolução social*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
6. Fernandes, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. Domus Editora — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
7. Gouveia, Aparecida Joly, e Havighurst, Robert, 1969. *Ensino médio e desenvolvimento*. Edições Melhoramentos — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
8. Gouveia, Aparecida Joly, 1971. *A pesquisa educacional no Brasil*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
9. Ianni, Octavio, 1971. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
10. Queiroz, Maria Isaura Pereira de, 1972. "Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de sociologia: ontem e hoje", in *Ciência e cultura*, 24, (6):511-525.

4 — As coisas no lugar *

Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)

"Que espécie de coisas se lembra melhor?", arriscou-se Alice a perguntar.

"Oh, das coisas que aconteceram na semana que vem", respondeu a Rainha num tom desculpado. "Por exemplo, agora", continuou, pondo um grande adesivo no dedo enquanto falava, "estou a lembrar-me do Mensageiro do Rei. Está agora na prisão a ser castigado; e o julgamento não começa senão na próxima quarta-feira; e é evidente que o crime só virá no fim."

(Lewis Carroll, *Alice do outro lado do espelho*)

Os esquemas teóricos de cunho dualista, subjacentes a muitas análises do mundo rural, têm sido alcançados por surtos de recusa, a que algumas vezes se dá, indevidamente, o nome de crítica. Digo

(*) Este trabalho foi apresentado originalmente sob a forma de conferência no Curso de Pós-graduação em Sociologia Rural da Universidade de Brasília, com o título de "A ambigüidade na elaboração do objeto na sociologia rural". Com esse título e na versão original foi publicado pela *Revista Mexicana de Sociologia* (Ano XXXVIII, vol. XXXVIII, núm. 2, abril-junio, 1976, p. 339-358). O pre-

surtos porque, na verdade, tendo supostamente passado a primeira onda de objeções significativas e proveitosas aos esquemas dualistas, nos anos sessenta, observamos agora uma nova vaga anti-dualista.

Curiosamente, autores desta última agem como se não tivesse existido a primeira, ao que parece ignorando o muito que de bom se produziu no tratamento crítico da reflexão dualista que marcou uma tendência na análise do desenvolvimento. Para os que estão familiarizados com a produção sociológica, não deixa de surpreender essa tentativa de apresentar como novidade ou como inovação teórica aquilo que já era amplamente conhecido; só que agora um dos curiosos ingredientes da novidade é a omissão bibliográfica.

Seria da maior conveniência ter em conta que essa descontinuidade existe como tal apenas para aqueles que imaginam que a ciência progride aos saltos, como resultado do advento de suas excelsas pessoas. Em verdade, a crítica da razão dualista vem de longe, num ritmo constante, e foi desde sempre vinculada à necessidade de produzir uma explicação totalizadora e histórica para os descompassos entre a cidade e o campo, na cidade e no campo.

O que às vezes igualmente surpreende é que a crítica da razão dualista não deixa de ser ela própria também dualista. De fato, mesmo para os autores que procuram omitir as suas fontes, o peso das ambigüidades teóricas não deixa de oprimir suas mentes como um pesadelo. É que a crítica nem é produto da suposta genialidade de alguns nem se confunde com a recusa do conhecimento, com a

simples objeção aos modelos de explicação definidos como insatisfatórios para a análise de certos aspectos da realidade. O procedimento crítico é aquele que incorpora, ultrapassando, determinado conhecimento. A crítica da economia política não se confunde com a banal recusa da economia política, pois é a superação desta última.

Portanto, creio que aqueles de nós que estamos preocupados com ir além dos esquemas dualistas, devemos num primeiro momento demorar não apenas sobre os limites das dualidades, mas também sobre sua gênese teórica e seus compromissos, para darmos o primeiro passo antes do segundo, isto é, para descobrirmos primeiramente a razão do dualismo. E que o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, a uma imperfeição teórica, a um viés. Assim como a análise dialética, ele também tem a sua razão, que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada.

Na sociologia, os que estamos tentando decifrar o mundo rural e com ele a sociedade em que vivemos, em decorrência de um trabalho longo e demorado e não de um exercício de ocasião, não podemos dar o passo da superação, se pretendermos que esse passo seja também político, se não incluirmos na nossa reflexão uma análise da sociologia especial — a sociologia rural — que, segmentariamente propõe-se a explicação desse mundo, como realidade à parte, como universo "sui generis", como componente de uma dualidade.

O meu propósito neste trabalho é, pois, o de analisar a constituição dessa sociologia especial definida como sociologia rural. Não estou preocupado, imediatamente, com o rural em si mesmo. Mas, estou supondo que a própria noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais.

*Este texto contém modificações em relação àquilo. Este estudo é também a introdução à minha antologia de *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, que está sendo publicada pela Hueitec.*

O que me preocupa, portanto, é a constituição do meu objeto de estudo. E quando digo constituição do meu objeto de estudo estou dizendo que a minha reflexão vai incidir sobre a sociologia rural (sendo ela um componente essencial desse objeto), porque nesse caso a minha premissa é a de que o rural é parte de uma forma de construção social da realidade, ainda que no âmbito do chamado conhecimento sociológico. A minha orientação central nesse tipo de análise será a de verificar de que modo as ambigüidades de origem da sociologia, expressas simultaneamente no conservadorismo e no cientificismo, "comportam-se" na particularização da realidade e na particularização do conhecimento — como rural de um lado e sociologia rural de outro. Em suma, estou supondo que a constituição do meu objeto de estudo é permeada por essa ambigüidade fundamental da sociologia e que ele, portanto, não se explica sem que na análise se retenha tal ambigüidade.

Em que consiste, primeiramente, o que chamo de ambigüidade fundamental da sociologia? Valho-me de três autores que produziram importantes trabalhos relacionados com esse tema recorrente das ciências sociais: o estudo de Mannheim sobre o pensamento conservador, em que a perspectiva de análise está referida à determinação das condições sociais e históricas de produção do conhecimento, baseado no que ele denominou de análise de significação (1). De outro lado, o estudo de Nisbet sobre a tradição sociológica, em que o autor indica como se dá o compromisso entre determinadas necessidades socialmente fundamentadas de produção do

conhecimento e determinadas idéias já conceptualizadas e estruturadas num sistema de conhecimento politicamente fundado (2). E, finalmente, os estudos de Lefebvre sobre sociologia rural, em que esse autor mostra, através da análise de um tema comum àqueles dois autores, o que é a comunidade camponesa, como a sociedade capitalista define e redefine categorias através das quais procura auto-interpretar-se e nas quais busca fundamentos para um programa político de ordenação social e de neutralização de tensões sociais (3).

O trabalho de Mannheim tem como noção chave a noção de estilo de pensamento. Este não se confunde com o pensamento mesmo. O estilo de pensamento resulta de intenções básicas, formas socialmente dadas de querer. Isto é, essas são intenções fundamentais que exprimem a maneira de ser do que grossceiramente poderíamos denominar de classe social. O estilo de pensamento representa a referência imediata para a apreensão dessas intenções básicas, que por sua vez constituem o resultado necessário do que ele denomina modo de vida. O modo de vida, no caso, é a maneira como o agrupamento social estabelece relações internas peculiares. Daí que possa falar em modo de vida capitalista e modos de vida periféricos ao capitalismo. Trata-se de um modo de ser coletivo, rebatendo a análise para um plano relativamente afastado (mas, não inteiramente) da perspectiva manheimiana, que reflete as concepções, necessidades e possibilidades históricas

(2) Robert Nisbet, *La Formación del Pensamiento Sociológico*, trad. Enrique Molina de Vedia, 2 vol., Amorrotu Editores, Buenos Aires, 1969; Robert A. Nisbet, "Conservatism and Sociology", *Tradition & Revolt*, Vintage Books, Nova York, 1970, p. 73-90.

(3) Henri Lefebvre, *Du Rural à l'Urbain*, Editions Anthropos, Paris, 1970, esp. p. 21-40.

(1) Karl Mannheim, "El pensamiento conservador", *Ensayos sobre Sociología y Psicología Social*, trad. de Florentino M. Torner, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1963, p. 84-183.

da classe dominante. Com isso, as intenções básicas configuram não só o modo de ser, mas também o modo de pensar, isto é, a alienação. Dessa maneira, a vigência de um modo de vida supõe igualmente a problemática da dominação, embora oculta sob essa categoria que pretende ao mesmo tempo ser genérica e histórica para a sociedade. Melhor seria se disséssemos que é genérica na realização, enquanto alienação vivenciada, ao mesmo tempo que particular na sua gênese de classe.

O estilo de pensamento, como eu disse antes, não se confunde, não obstante, com o pensamento em si mesmo. O pensamento é produto de um estilo de pensamento. O pensamento traduz uma maneira de ver e de viver e, portanto, uma forma de querer generalizada sob ação dos mecanismos de alienação, isto é, de reprodução social. O estilo é, em suma, um modo de conhecer.

Mannheim contrapõe dois estilos de pensamento. Veremos logo que, na verdade, há um só estilo de pensamento, mas dois pensamentos diferentes: o conservadorismo — daí que o seu trabalho se refira ao pensamento conservador — e o racionalismo capitalista e moderno. De que procede o pensamento conservador? Através da mencionada análise de significação, que é o seu caminho metodológico para descobrir e ordenar os aspectos da realidade que está estudando, estabelece um vínculo entre o conservadorismo e um modo de vida definido como periférico em relação ao capitalismo que, por sua vez, ampararia as intenções básicas que se expressam no racionalismo, no liberalismo, no contrato, etc. Nesse texto, Mannheim está trabalhando com análise comparativa, dela dependendo a análise de significações. Na medida em que o racionalismo moderno, o liberalismo, o contrato etc., exprimem intenções básicas inerentes a um modo de vida dominante, capitalista, a análise parece consistente. No entanto,

o próprio Mannheim faz, nesse mesmo estudo sobre o pensamento conservador, uma referência sobre o uso legítimo da comparação e sobre o seu uso artificioso, quando então um dos termos deixa de ser consistente em face do seu par. É quando mostra que o pensamento conservador, enquanto tal, vale-se de categorias e, sobretudo, de um estilo que é essencialmente o mesmo do racionalismo capitalista. A diferenciação de estilos não estaria, portanto, neles próprios, mas nos modos de vida aos quais se referem. Com isso introduz-se uma inconsistência na noção de estilo de pensamento, embora tal fato não deva tirar-lhe a dimensão fecunda que poderia ter num corpo de análise decididamente histórico-concreto.

Aparentemente, quando fala em modo de vida periférico, está se referindo a sobrevivências reais do passado pré-capitalista no presente capitalista. Nesse caso, os modos de vida são coetâneos, embora admitidos a partir da idéia de que, ao mesmo tempo, relacionam-se entre si numa sequência temporal. Esse recurso permite a Mannheim dar um fundamento social ao conservadorismo e ao mesmo tempo definir a sua presença na sociedade moderna por referência a apenas uma ordem de tensões sociais: as que são produzidas por aquilo que num outro contexto teórico é conhecido como desenvolvimento historicamente desigual. O confronto entre racionalismo e conservadorismo expressaria a um só tempo a irredutibilidade dos dois modos de vida e, conseqüentemente, dos dois estilos de pensamento. A existência estanque dessas duas realidades parece ser o resultado necessário da ausência de uma totalidade na qual se determinem.

Não obstante, assim mesmo Mannheim consegue mostrar como uma ciência apoiada em supostos conservadores, como a sociologia de Tönnies, só se torna possível com base num estilo de pensamento

que é, necessariamente, racionalista. A reflexão que dá corpo e estrutura ao conservadorismo é, na época do racionalismo, científica e, portanto, racional.

A questão problemática está presente nesta constatação: o conservadorismo, enquanto consciência do tradicionalismo (portanto, enquanto consciência de sobrevivências sociais periféricas ao capitalismo, mas no capitalismo) articula-se como conhecimento através do racionalismo, isto é, por esse *meio* configura-se e organiza-se como sistema de pensamento. Na verdade, o conservadorismo recuperaria para a análise e para a constituição e articulação das idéias, concepções *presumivelmente* inerentes à sobrevivência de modos de vida formalmente periféricos à sociedade capitalista. Então, o estilo de pensamento, no caso do conservadorismo, não exprime, *enquanto estilo*, intenções básicas de um modo de vida periférico ao capitalismo. Enquanto estilo, exprime também um modo de vida que é aquele que *grosso modo* se define como capitalista ou moderno. Em outras palavras, os modos de vida periféricos à sociedade capitalista não se exprimem senão no nível do pensamento pela mediação das categorias intelectuais e dos critérios de raciocínio dessa mesma sociedade.

Aí cabe propor a dúvida: *o pensamento conservador exprime de fato um modo de vida periférico à sociedade capitalista?* Em outras palavras, no caso do conservadorismo, o estilo de pensamento corresponde ao modo de vida? No que diz respeito à relação capitalismo-racionalismo, excluída a hipótese de uma interdependência necessária, o esquema teórico de Mannheim parece articulado de modo consistente. Mas, no caso de modo de vida periférico, de um lado, e conservadorismo, de outro, o relacionamento não é direto e existe entre os dois a interposição da razão científica (sociológica) como veículo de ela-

boração do pensamento conservador (como ocorre na obra de Tönnies).

Fica, nesse ponto, evidenciada a existência da ambigüidade a que me referi. O relacionamento entre modo de vida e estilo de pensamento não pode se dar de modo mecânico e na verdade subsiste, então, uma incongruência na discussão sobre conservadorismo e racionalismo. É claro que a preocupação com conservadorismo/racionalismo é importante dado que o autor está sobretudo interessado em mostrar como os autores, especialmente sociólogos, distribuem-se entre uma e outra orientação; de que maneira e por que razão o conservadorismo se faz presente na reflexão sociológica.

A análise efetuada por Nisbet retoma, por um caminho completamente diferente, a mesma problemática. Através do que poderíamos chamar de modas conceituais, esse autor observa que o século XVIII foi o século do racionalismo e o século XIX o século da reação conservadora ao racionalismo. Indica que, efetivamente, a sociologia surgiu como modalidade de conhecimento contida no bojo do pensamento conservador. Isto é, a sociologia se constituiu como forma secularizada de conhecimento, não obstante o seu compromisso com o conservadorismo. Esse detalhe é essencial para mostrar como ela é forma de conhecimento que responde às necessidades de constituição da sociedade capitalista, ao invés de ser mero renascimento ideológico. Por isso, não poderia ser apenas reprodução de uma forma não secularizada de conhecimento. A sociologia apresenta-se, pois, como forma secularizada de conhecimento, na qual o conservadorismo está presente através do que o autor denomina de idéias-elementos da sociologia.

São cinco noções-fundamentais do pensamento sociológico que singularizam a sociologia como

conhecimento especificamente situado. Essas cinco noções representam a contrapartida a idéias-elementos do racionalismo que emergiram a partir do que Nisbet denomina de "as duas revoluções" — a revolução industrial, no plano econômico, e a Revolução Francesa, no plano político. A sociologia se constitui a partir de idéias-elementos conservadoras que respondem a idéias-elementos do pensamento burguês e liberal da fase de constituição da sociedade capitalista. Daí a constatação — tomando como referência, de um lado, o século XIX e, de outro, o século XVIII — dos seguintes pares de idéias-elementos opostas, correspondentes à antítese conservadorismo/racionalismo: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano, alienação/progresso.

Pois bem, a descoberta das idéias-elementos é feita tomando-se como objeto de análise a sociologia tal como se apresenta ainda hoje. Daí a constatação de que essas idéias estão presentes no corpo teórico da sociologia como suas idéias constitutivas. No entanto, o autor observa que essas idéias diretrizes do trabalho sociológico não são o estrito produto da sociedade capitalista, na qual nasceu a sociologia, mas são, antes, idéias retomadas do mundo medieval. Elas não nascem como decorrência da evolução do racionalismo oitocentista. Elas nascem como reação a esse racionalismo. Elas renascem, portanto, em parte porque são idéias significativamente ligadas à ordem feudal. Nesse ponto, a sociologia apresenta, de novo, a sua ambigüidade, porque essas idéias-elementos não podem ressuscitar com a sua conotação original, enquanto componentes de concepções não-científicas e caracteristicamente medievais. Elas devem ressuscitar produzidas e redefinidas pelas necessidades de auto-explicação de uma sociedade (a capitalista) que já foi toda permeada pelo processo de secularização e de racionalização. Temos,

então, duas balizas nessa proposição. De um lado, as necessidades de auto-explicação instrumental da sociedade capitalista. E, de outro lado, as idéias-elementos contidas, como herança, no pensamento moderno. As idéias-elementos são, portanto, idéias mediadoras na produção da auto-explicação da sociedade capitalista. Idéias-elementos significam, pois, perspectivas de análise. Elas constituem a ótica através da qual essa sociedade procura ver-se e interpretar-se.

A análise sociológica estaria, assim, projetando inevitavelmente a sombra do tradicionalismo (no caso, o tradicionalismo medieval) sobre a sociedade capitalista. Analiticamente, as categorias sociológicas relevantes seriam, na verdade, relevantes para o mundo medieval ou, numa orientação mais especificamente mannheimiana, relevantes para as categorias sociais produzidas nos interstícios pré-capitalistas da sociedade capitalista. De que modo, pois, a sociedade capitalista propõe a sua auto-explicação através de noções que lhe são historicamente estranhas? Está aí mais uma vez a ambigüidade.

Tanto Mannheim quanto Nisbet mostraram dois aspectos contraditórios da sociologia. Os procedimentos não são os mesmos nos dois autores, mas as orientações de ambos convergem para a demonstração da ambigüidade da sociologia na sua origem. De um lado, do ponto de vista de Mannheim, aquilo que considera temática tradicional, que é o pensamento conservador, adquire estatura intelectual através de um modo de pensar que é inerente à sociedade capitalista. De outro lado, no caso de Nisbet, as categorias relevantes da sociedade tradicional (isto é, pré-capitalista) estariam projetando a sua relevância na caracterização da sociedade capitalista. No caso de Mannheim, a ótica para análise das sobrevivências que se exprimiriam no pensamento conservador é a ótica da sociedade capitalista.

E, no outro, a ótica de análise da sociedade capitalista é a ótica do tradicionalismo medieval secularizada.

Aí reside o problema central desta exposição. Estamos diante de uma ambigüidade de origem da sociologia, retida como característica da sua herança. A questão que se coloca, então, é esta: de que modo essa ambigüidade manifesta-se na definição sociológica dos problemas da sociedade agrária, na formulação do objeto dessa sociologia especial e na definição dos seus procedimentos? Em outras palavras, em que medida a existência de uma disciplina especial chamada sociologia rural incorpora essa ambigüidade? A análise que Nisbet faz da produção de vários autores fundamentais da sociologia, como Durkheim, Le Play e outros — especialmente a análise sobre Durkheim — pode constituir-se num exercício valioso para determinar-se como opera a ambigüidade e no que ela frutifica.

O estudo de Nisbet sobre a obra de Durkheim demonstra a existência de uma consequência paradoxal no pensamento sociológico. Empregando-se uma idéia que Julien Freund utiliza para definir certos aspectos da sociologia de Weber, a consequência paradoxal está no fato de que o resultado da atividade intelectual adquire uma conotação diversa daquela que existia previamente nos planos do autor. Em Durkheim encontramos uma noção chave balizando as outras noções essenciais com que trabalha e que sintetiza o paradoxo: é a noção de solidariedade. Ela se constituiria num postulado supra-empírico marcando os diversos componentes da sociologia durkheimiana.

De que modo a noção de solidariedade opera como noção-chave? Em primeiro lugar, constituindo-se como premissa dos dois tipos sociais — o da solidariedade mecânica e o da solidariedade orgânica.

Embora varie a forma como se manifesta a solidariedade (mecânica ou orgânica), a solidariedade das partes com o todo e a solidariedade das normas sociais com o respectivo substrato da vida social (semelhanças no primeiro caso e divisão do trabalho no segundo) constituem pressuposições na existência da sociedade. Essa noção funda diretamente o requisito ideológico da funcionalidade de ambos os tipos, de tal maneira que as circunstâncias, ou a quebra da solidariedade, dão lugar à formulação de outras noções, igualmente comprometidas com o privilegiamento epistemológico da solidariedade, como as de "normal", "patológico", "anômico" — para ficarmos nessas três, especialmente nas duas últimas. O que é a noção de anomia senão aquela mediante a qual se procura explicar as descontinuidades, as rupturas da vida social, como resultado de que o seu substrato — a divisão do trabalho — no âmbito da solidariedade orgânica, não produz a contrapartida adequada que é o sistema de normas sociais apropriadas à interdependência nele implícitas? (4). Há aqui, portanto, um problema de articulação funcional do substrato da vida social com as normas sociais que lhe corresponderiam. De tal modo que os desequilíbrios exprimiriam a ausência de normas. E só haveria norma quando a norma fosse adequada.

Em *As Regras do Método Sociológico* Durkheim formula uma outra noção para dar conta de um fenômeno paralelo ao de anomia, que é a de fato patológico. Ela se refere à sobrevivência de normas

(4) Emile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 2.^a edição. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, p. XVIII-XXXI e p. 52-59; *Sociologie et Philosophie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1963, p. 52-57; *De la Division du Travail Social*, septième édition, Presses Universitaires de France, Paris, 1960, p. 73-78, 99-102, 205-206, 237-244, 356-365.

de conduta relativas a um tipo anterior, o da solidariedade mecânica, mas que não são adequadas ao substrato que gera a solidariedade orgânica, isto é, a divisão social do trabalho (5). É evidente que para Durkheim a solidariedade mecânica pode sobreviver no tipo em que domina a solidariedade fundamental. Ela pode subsistir nos setores em que a segmentação da sociedade não se faz com base na divisão do trabalho.

Nessa sociologia as incongruências e as tensões, como as falências e as greves, traduzem-se no nível teórico, como anomalias. A função da sociologia seria exatamente a de diagnosticar essas anomalias de modo a permitir a sua superação. No prefácio à primeira edição de *As Regras do Método Sociológico* há uma nítida declaração de intenções no sentido de propor a sociologia como ciência social aplicada, isto é, a ciência como o recurso necessário na superação do estado de anomia (6).

Quando aí se retoma a noção de solidariedade como expressão dos fundamentos da vida social, projeta-se, na verdade, a concepção de solidariedade mecânica não só como critério para entendimento da sociedade moderna, mas também como pressuposto na construção da sociedade moderna. O que Durkheim faz é dar curso e consistência teórica a idéias pré-capitalistas, submetidas a uma depuração secularizadora, de modo que uma concepção comunitária conservadora seja proposta como a forma adequada de conhecimento para uma sociedade de fato marcada pela individualização e pela estruturação tensa, ou seja, exatamente pelo oposto da pressuposição.

(5) Émile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, cit., p. 52-59.

(6) *Ibidem*, p. XVI.

Encarar o fato social como coisa é premissa que permite integrar essa perspectiva no mundo atual, revestindo-a das condições de objetividade formal que aparentemente dela retiram o caráter pré-capitalista. Essa integração é clara quando o assunto é referido à discussão de Marx sobre o fetichismo da mercadoria (7). Na medida em que, através da alienação do produto do trabalho, cada sujeito só pode relacionar-se com os outros através da mercadoria, de fato relaciona-se com os outros como se fosse destituído de condição humana, como se fosse coisa. Enquanto isso, a mercadoria é que estabelece relações sociais, como se ela fosse dotada de humanidade. Em decorrência, os homens ao se relacionarem uns com os outros através das coisas, através das mercadorias, estabelecem relações que são coisificadas. Assim, eles se relacionam como se fossem objetos, como se fossem coisas determinadas por um mundo social objetivado (8). Nesse caso, os próprios critérios do relacionamento são coisificados, como são coisificados tanto a atividade humana quanto os seus resultados. A perspectiva do homem comum também está marcada pela coisificação, pois essa é uma maneira historicamente necessária da sociedade capitalista se ver e se interpretar.

A noção de coisa é, pois, uma noção fundamental para entender-se a convergência da sociologia de Durkheim para as necessidades de auto-explicação da sociedade capitalista. Não obstante ele se valha da noção de solidariedade, isto é, de uma noção pré-capitalista cuja raiz está na idéia de comunidade, vincula sua utilização ao tratamento do fato social

(7) Karl Marx, *El Capital — Crítica de la Economía Política*, trad. Wenceslao Roces, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 2.ª ed., 1959, tomo I, cap. I, esp. p. 36-47.

(8) *Ibidem*.

como coisa — uma noção essencialmente capitalista. Essa combinação instaura a ambigüidade da sociologia. Por outro lado, a adoção da perspectiva coisificadora na análise dos fenômenos sociais faz com que, ainda que artificialmente, a relação entre o sujeito da investigação e o objeto da investigação seja realmente estabelecida em termos da relação de exterioridade sujeito/objeto. Por isso mesmo, o tratamento que se pode dar aos fatos sociais é, como Durkheim postula, o tratamento de coisa (9). Nesse caso, o tratamento do objeto como coisa redimensiona, reforçando, a sua coisificação.

Há, portanto, dois aspectos que precisam ser retidos. De um lado, os postulados supra-empíricos, secularizados, que definem a concepção de sociedade em torno da noção de solidariedade, isto é, da idéia de comunidade. De outro, uma maneira de ver as situações e fenômenos sociais que permite o tratamento da realidade como se ela fosse objetivamente dada, coisificada. Nesse nível renasce, como eu disse, a ambigüidade porque há aí a convergência de duas óticas: uma de procedência pré-capitalista (a idéia de comunidade transubstanciada na premissa da solidariedade) e outra de procedência capitalista (o cientificismo coisificador). Só que no conjunto do sistema teórico a sociologia de Durkheim sofre uma incorporação paradoxal pela sociedade que pretende explicar — paradoxal a partir dos presumíveis pontos de vista conservadores e extra-científicos do autor. É que as chamadas anomalias da sociedade moderna são tratadas de tal modo que a sociedade formule a sua política social, deliberadamente ou não, de forma a atenuar, contornar ou controlar essas anomalias. Assim, *a perspectiva pré-capitalista é incorporada e redefinida como instrumento de reprodução institucional da sociedade capi-*

talista. Em suma, os valores fundantes da sociologia durkheimiana são subvertidos à medida em que o conhecimento sociológico é objetivamente assimilado pela sociedade, que reconhece nele uma maneira funcional e integrativa de auto-interpretar-se.

Esse tipo de análise converge para aquilo que Lefebvre denominou de raptio ideológico da noção de comunidade (10). Consiste basicamente no fato de que a concepção sociológica conservadora de comunidade, como a de Tönnies (11), não retém os aspectos da existência comunitária que estabelecem um vínculo tenso, uma relação de oposição com a sociedade na qual a comunidade sobrevive ou redefine-se. Portanto, no nível do pensamento, a significação mesma da noção de comunidade é reinterpretada (12).

O raptio ideológico, a tradução de uma noção segundo significações que são estranhas à sua extração original, constitui uma possibilidade constante, provavelmente inerente ao processo objetivo de produção do conhecimento sociológico. Com isto essas noções atendem, na verdade, quando reinterpretadas, às necessidades ideológicas da sociedade capitalista, sendo que aí essa reinterpretação adquire até mesmo

(10) Henri Lefebvre, ob. cit., p. 24.

(11) Ferdinand Tönnies, *Comunidad y Sociedad*, trad. José Rovira Armengol, Editorial Losada S. A., Buenos Aires, 1947, *passim*.

(12) A fim de não me estender sobre este ponto, remeto o leitor para a discussão teórica que fiz sobre a noção de comunidade em *A imigração e a crise do Brasil agrário* (Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973), especialmente na Introdução, p. 13-48. Cf., também, o meu livro *Capitalismo e Tradicionalismo* (Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil), Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975.

(9) Émile Durkheim, ob. cit., p. XVIII-XXII e 1-12.

um caráter político. A combinação ambígua já referida, entre elementos pré-capitalistas e capitalistas, oferece um modelo de sociedade coesa, mediante a caracterização de toda tensão como anomalia ou, durkheimianamente, como produto da anomia.

A ambigüidade nesse caso não tem solução, não é resolvida no plano estrito do conhecimento. Ela é resolvida no nível do confronto entre o conhecimento e as necessidades de auto-explicação da sociedade que esse conhecimento pretende atender. Entretanto, a hipótese que lancei no começo do trabalho é a de que a *ambigüidade de origem da sociologia tende a resolver-se também no nível do conhecimento e não apenas no nível da absorção política pela sociedade capitalista*. Isso ocorre à medida em que a sociologia envereda, freqüentemente, pela análise de dicotomias: tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, pré-capitalista/capitalista, etc. A hipótese consiste basicamente em que a *ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se nas dicotomias, de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social o mundo é que pareça ambíguo*. A ambigüidade (ambigüidade e não contradição) propõe-se como fundamento de diagnóstico das descontinuidades da vida social a partir de uma ciência social aplicada. Por isso, vou tomar como referência a sociologia rural, cujo forte caráter instrumental é conhecido (decorrente justamente da ambigüidade referida e da dicotomização da realidade), e procurar mostrar como a ambigüidade se propõe para demonstrar a hipótese.

A minha discussão sobre a sociologia rural apóia-se especialmente no capítulo introdutório do livro de Aldo Solari, *Sociologia Rural Latinoamericana* (em que o autor pergunta-se o que é a sociologia rural) e apóia-se também no balanço que C. Arnold

Anderson fez da sociologia rural para integrar a coletânea de Merton *et alii*, *Sociology Today* (13).

O primeiro autor faz uma sistematização das tendências e das características da sociologia rural, dando inclusive aí a sua contribuição pessoal, como se verá depois. E o segundo oferece também um balanço do desenvolvimento da sociologia rural nos Estados Unidos, das características que esse desenvolvimento assumiu e do caráter menor que essa sociologia especial tem aos olhos dos sociólogos vinculados à produção da teoria sociológica.

Solari inicia a sua exposição partindo do suposto de que a sociologia regional está orientada em duas direções: sociologia rural e sociologia urbana. Ambas manteriam entre si uma relação de necessidade ditada pelas características diferenciais entre cidade e campo (meio urbano/meio rural) e que cada um desses meios possuiria características singulares. Cada um expressa a sua singularidade quando, através da análise comparativa, se torna possível verificar como as características gerais do sistema social particularizam-se em cada uma dessas regiões. Há, portanto, uma sociologia geral por trás dessa idéia, adaptada à configuração específica de cada uma dessas realidades: a rural e a urbana.

A premissa geral das reflexões de Solari é a de que o desenvolvimento da sociologia está vinculado à mudança social e a uma situação de crise. Concebe que o desenvolvimento da sociologia rural, isto é, um segmento da sociologia, também se vincula, assim como a sociologia geral, a uma situação de crise. Nesse sentido, não só existe uma relação

(13) Aldo E. Solari, *Sociologia Rural Latinoamericana*, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1971; C. Arnold Anderson, "Trends in Rural Sociology", in Robert K. Merton *et alii*, *Sociology Today*, vol. I, Harper Torchbooks, Nova York, 1965, p. 360-375.

causal entre crise e desenvolvimento do conhecimento sociológico, como existe uma relação causal entre crise e surgimento das sociologias especiais, no caso o surgimento da sociologia rural.

O que efetivamente se coloca é a questão de saber em que consiste a crise que fundamenta o aparecimento da sociologia rural ou a crise que provoca a necessidade de refletir sociologicamente sobre o mundo rural.

Para ele essa crise tem duas dimensões. De um lado, a migração do campo para a cidade. Consequentemente, o despovoamento do campo, comparativamente a cifras populacionais do passado. Por outro lado, há o que chama de invasão do campo pelas cidades, o que leva à urbanização do meio rural. Segundo ele, agora textualmente, "a intensidade destes fenômenos varia muitíssimo segundo as diferentes sociedades, mas quando alcança um certo nível provoca uma crise profunda da estrutura social e conjuntamente o desenvolvimento da sociologia rural" (14). Nesse sentido, a sociologia rural, embora parte de uma ciência que tem origem historicamente determinável, tem uma origem própria, nasceu e desenvolveu-se aguçada pelas necessidades e pelos problemas propostos pelas transformações sociais.

Esse tipo de colocação suscita algumas perguntas: a primeira, de difícil solução, é a de saber de que modo a crise promove o desenvolvimento de uma sociologia especial, como a sociologia rural, e não a sociologia lato senso, especializada para atender particularidades da crise através dos seus ramos especiais. A segunda questão refere-se ao nível em que se dá a crise: no do sistema social global ou no do sistema social rural.

(14) Aldo E. Solari, *ob. cit.*, p. 14.

Se a crise que engendra a sociologia rural é crise para o sistema social global, a sociologia como resposta abrange a necessidade de retenção da unidade do sistema em face das mudanças num dos seus segmentos — o rural. No caso, a sociologia surge como recurso para preservação do equilíbrio do sistema global e é em si mesma expressão da dominação do urbano sobre o rural. Se, no entanto, a crise é crise para o sistema social rural e a resposta a ela é científica, isto é, a resposta à crise é a sociologia rural, a crise no caso está sendo interpretada a partir da perspectiva da expansão do urbano sobre o rural, na medida em que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das cidades. Ainda que de maneira diversa do primeiro caso, a crise suscita um mecanismo de diagnóstico que inevitavelmente se compromissa com a dominação urbana. Essa segunda questão se propõe na medida em que se sabe que a crise não tem como única forma de resposta o conhecimento científico para dar conta do que ela representa, pois a crise pode suscitar respostas efetivamente políticas. Esse aspecto é muito mais significativo em relação ao meio rural.

O problema é especialmente importante no caso de Solari porque para esse autor a sociologia não pode ter um caráter normativo, já que lhe cabe tratar os fatos como são e não como deveriam ser (15). Nesse plano, há uma contradição formal nas afirmações do autor, uma vez que quando se pergunta para quem é a crise, a resposta traz inevitavelmente a identificação de valores e de "interesses" que estão por trás dessa modalidade específica de conhecimento como resposta a uma situação de crise social. Tais características iniciais da sociologia rural acabam se desdobrando na medida

(15) *Ibidem*, p. 14.

em que vão se explicitando os termos da discussão. O passo seguinte é dado quando o autor (16) repete uma pergunta que Sorokin e Zimmerman se fizeram em 1929 quando realizaram a primeira sistematização importante da sociologia rural. A pergunta é: o que é o rural?

Na linha desses dois autores, Solari arrola as características do rural que, como veremos depois, constituem a justificativa, pelo menos neste momento do desenvolvimento social, para a existência de uma sociologia especialmente voltada para o mundo rural. O traço fundamental que, no entender dele, permeia todos os outros traços caracterizadores do rural, está na ocupação da população rural. Como diz ele, "a sociedade rural é essencialmente aquela na qual os indivíduos ativamente ocupados o estão na atividade agrícola, em sentido amplo, como a exploração e o cultivo das plantas e dos animais" (17).

O segundo traço diferenciador está nas características ambientais. Isso porque, no campo, o trabalhador deve contar com forças que em grande parte escapam do seu controle (pág. 17). Ou seja, há uma preponderância da natureza sobre o trabalho humano. E aqui Solari lembra a distinção de Friedman entre meio rural e meio técnico. De modo que na cidade, ao contrário, a natureza está quase que completamente ou completamente subjugada.

Em terceiro lugar, há uma diferença na que ele chama de volume das comunidades. Isto é, a proporção homem/terra é menor no campo e muito maior na cidade.

(16) *Ibidem*, p. 16.

(17) *Ibidem*, p. 16-17.

Em quarto lugar, a homogeneidade e a heterogeneidade dos integrantes, respectivamente, da sociedade rural e da sociedade urbana. "Pois as comunidades rurais tendem a ser mais homogêneas nas suas características psico-sociais do que a população das comunidades urbanas" (18). Assim, a diferenciação é maior na cidade. As diferenças residem nas origens de cada grupo de população.

A quinta característica diz respeito à mobilidade. Ela pode ser classificada em horizontal e vertical e esta última, por sua vez, em ascendente e descendente. Diz ele: "apesar da grande quantidade de pessoas que emigra do campo à cidade, não há nenhuma profissão, segundo os estudos comparados, nas quais maior porcentagem de filhos siga a profissão dos pais do que entre os agricultores" (19). E, finalmente, há um princípio derivado deste quinto, que é o princípio da herança: "pois, na sociedade rural o lugar que uma pessoa ocupa é determinado essencialmente pelo lugar que seus pais ocupavam", como decorrência do baixo índice de mobilidade (20).

Essa caracterização e, especialmente, a referência à mobilidade como traço distintivo do rural em relação ao urbano mostram que Sorokin e Zimmerman interpretam rural e urbano como meios de qualidades sociais internamente homogêneas, mas polarizadas e contrapostas entre si. O fundamental para questionar esse ponto de vista, no qual a ambigüidade do conhecimento se resolve na polarização da realidade, ou o fundamental, para no menos explicitá-lo, é que a diferenciação ocupacional na cidade é observada em termos de profissão ou

(18) *Ibidem*, p. 19.

(19) *Ibidem*, p. 19.

(20) *Ibidem*, p. 20.

ocupação e não se faz, no entanto, a distinção ocupacional existente no interior do meio rural. A polarização faz com que o conservadorismo metamorfoseie este último numa realidade substantivamente desigual em relação à realidade urbana, de modo que o mesmo processo não possa ser observado sob idênticos critérios numa e noutra situação.

É claro que as características podem variar de sociedade para sociedade. Mas, a preocupação com este problema é legítima porque a mobilidade espacial campo/cidade é excluída da discussão. Não se considera que, provavelmente, muitos praticantes de profissões urbanas ou procedem do meio rural ou são filhos de pais que se dedicam ou dedicaram a ocupações rurais. Na verdade, a migração campo/cidade indica a existência de um elo no mercado de trabalho ou mercado ocupacional que se superpõe à distinção qualitativa de meio rural e meio urbano. Assim, a migração como forma de mobilidade ocupacional sendo excluída da discussão retira desse conjunto de características um traço fundamental para pensar-se as relações campo/cidade em termos que superem a polarização em tipos. No fim das contas, na medida em que se promove a mútua exclusão dos tipos, em que se fala que "apesar da grande quantidade de pessoas que migram do campo à cidade, não há profissão", etc.; na medida em que se diz isso é que se estabelece as condições para a construção da tipologia e para o estabelecimento, portanto, da polarização rural/urbano. A polarização estabelecida por Sorokin e Zimmerman, ainda seguindo o raciocínio de Solari, sofreu objeções e, no entender dele, a principal objeção é a de que não há polarização, mas o que há é um contínuo rural/urbano, com gradações in-

termediárias (21). Mas, isso não suprime o privilegiamento da distinção qualitativa entre rural e urbano. Não suprime, portanto, o princípio da polarização em tipos.

Finalmente, há a contribuição do próprio Solari quando se ocupa da necessidade de considerar fenômenos sociais como os que se dão na América Latina, em que a peculiaridade da relação entre a sociedade rural e a sociedade urbana leva à migração de uma a outra e à concentração de mão-de-obra de baixa qualificação na cidade. É o que reveste o contínuo rural/urbano de características singulares. Ele mesmo diz: "É mais correto dizer que existe um contínuo que não impede a existência de descontinuidades consideráveis entre os diferentes grupos, seja dentro da própria sociedade rural, seja dentro da sociedade urbana que se desenha sobre o fundo proporcionado por aqueles" (22).

Observa-se, pois, três tendências na concepção e fundamentação da sociologia rural. A primeira, de Sorokin e Zimmerman, que se apóia na contraposição de rural e urbano — dois meios sociais qualitativamente distintos. A que se apóia no contínuo rural/urbano, mas que ainda aí retém, de qualquer maneira, a polarização rural-urbano (como extremos na definição e estabelecimento do contínuo). E a do próprio Solari que, incorporando a idéia do contínuo rural-urbano e, conseqüentemente, a da polarização rural-urbano, tenta atravessar verticalmente o contínuo para reter a descontinuidade, introduzindo uma nova e complicada polarização na polarização (contínuo) rural-urbano, uma vez que se trata, agora, de um contínuo descontínuo rural-urbano. Nesse caso, a descontinuidade é ge-

(21) *Ibidem*, p. 23.

(22) *Ibidem*, p. 28.

rada na continuidade (inverso do primeiro momento).

Dessa caracterização do rural resulta que o traço mais importante que sobra não é, evidentemente, o da qualidade da ocupação, já que verificamos que a qualidade da ocupação é produto de um artifício que retira da migração rural-urbana o caráter de fenômeno de mobilidade ocupacional. A diferença que subsiste como significativa, portanto, é a diferença ambiental. Desse modo, a primazia na polarização rural-urbano cabe a essa diferença ambiental, isto é, cabe à preponderância que a natureza teria na determinação da vida social. A sociedade seria, pois, fundada num determinismo ecológico.

A natureza, dessa forma, não aparece devidamente mediatizada, redefinida, pelo conjunto da sociedade e nem poderia aparecer assim exatamente porque através do artifício a que já me referi, da polarização dos meios rural e urbano como solução empírica para a ambigüidade teórica da sociologia, ela não pode ser vista pela mediação do conjunto da sociedade. Isto é, a natureza não pode ser vista tal qual é, historicamente determinada, de forma que em diferentes momentos históricos relacione-se com a sociedade de modo diferente. Ou seja, não pode ser vista como configuração determinada pelo estado das relações cidade-campo (23). A natureza aí, portanto, não aparece relativizada e redefinida na sua significação em termos sociais e históricos. Ela aparece como entidade reificada, como coisa alheia à interferência e produção humanas, como dimensão causal.

(23) Karl Marx e Friedrich Engels, *L'Idéologie Allemande* (Première Partie: Feuerbach), trad. René Cattel, Éditions Sociales, Paris, 1962, passim.

O rural seria, portanto, nesse contexto, um rural natural. De que modo esse rural adquire significações na prática da sociologia rural? E de que modo ele se insere no processo de superação das ambigüidades de origem da sociologia? Em outras palavras, *a prática da sociologia rural está na ação empírica que, ao mesmo tempo, torna reais e tenta superar as ambigüidades teóricas de origem da sociologia*. Nesse caso, a constatação implicitamente contém a idéia de que o mundo está polarizado em rural e urbano, o pólo rural tem uma existência anormal no conjunto da realidade e essa anormalidade advém de que o rural ainda é natural. Na prática a sociologia rural tem o caráter instrumental do conhecimento que homogeneiza a sociedade, dando dimensão social ao que ainda é natural. É importante observar que social passa a ser sinônimo de urbano.

O balanço de C. Arnold Anderson sobre a produção e as tendências da sociologia rural americana é bastante útil para discutir-se as dimensões mais amplas da prática implícita do sociólogo rural. A sociologia rural e o trabalho dos sociólogos rurais são encarados pelos outros sociólogos de modo profundamente negativo. Os sociólogos rurais tendem a compor-se como grupo à parte, apesar da sociologia rural ser um dos ramos mais antigos da sociologia americana e aquele em que houve maior produção quantitativa. Mas, os trabalhos produzidos caracterizam-se, de modo geral, primeiramente como trabalhos descritivos e, em segundo lugar, como trabalhos desprovidos de sustentação e de ambições teóricas.

Através da análise dos temas mais frequentemente abordados pela sociologia rural, como a difusão de inovações, a demografia, a saúde, a integração social, etc., esse autor conclui que as condições da prática da sociologia rural estão amplamente pre-

sentes nesses temas e, em decorrência, nessas duas características apontadas. Mas, não obstante, a sociologia rural apresenta-se como o ramo mais integrado e burocratizado da sociologia. Isso se deveria ao fato de que a sua prática se dá principalmente nas escolas de agronomia, nos departamentos da economia rural e de preferência por sociólogos recrutados no próprio meio rural (de certo modo e em parte essa é também uma tendência no Brasil). Nesse caso, em geral, os alvos da investigação científica não seriam estabelecidos diretamente pela própria sociologia, a partir dos seus esquemas teóricos, na medida em que a ela cabe formular os seus problemas e as suas indagações, mas seriam estabelecidos, de preferência, de conformidade com os interesses da burocracia empenhada em efetivar os alvos econômicos da produtividade e da modernização no campo. Em outras palavras, os objetivos da pesquisa sociológica não procederiam do próprio investigador, a partir do seu compromisso ético e científico com a modalidade específica de conhecimento com a qual trabalha. Mas, de qualquer modo, nessa proposta o pesquisador seria um mediador técnico entre o definidor de alvos e a realidade a ser objeto de intervenção. A sociologia rural assumiria nesse caso, como tendência, um caráter instrumental. Por isso mesmo não se beneficiaria da liberalidade teórica dos outros centros de produção do conhecimento sociológico nem se beneficiaria da teoria sociológica propriamente dita. Ela não teria um compromisso de ciência com a ciência, mas teria um compromisso prioritário com a intervenção na realidade, de modo a produzir transformações sociais e culturais que resultassem em aprimoramento do sistema econômico. Anderson supõe que a adoção de um compromisso com a teoria sociológica, lato senso, no estudo da sociedade agrária, liberaria esse ramo do conhecimento

do seu compromisso com fins e alvos extra-científicos e a sociologia rural se colocaria, portanto, num rumo teoricamente criador.

Não obstante as ressalvas desse autor, é importante notar que a ambigüidade da sociologia, o paradoxal compromisso entre valorações pré-capitalistas reinterpretadas no capitalismo e critérios de obtenção do conhecimento que floresceram com o capitalismo, ressurge claramente na sociologia rural. O empirismo prático e imediatista dessa sociologia não chega a encobrir o seu compromisso de origem.

Ela está voltada para um objeto — o meio rural — entendido como meio social interno qualitativamente diferente do meio urbano, e se traduz na prática pela intervenção no mundo rural, intervenção essa que explícita ou implicitamente visa a regular a hegemonia do urbano sobre o rural. O rural é segmento, isolado, definido, e a intervenção que nele se processa tem como instrumento a sociologia rural. Nesse nível, a consequência paradoxal do conhecimento manifesta-se nitidamente na superação prática da ambigüidade teórica de origem da sociologia. É que o rural destina-se a ser superado pelo uso instrumental da sociologia, embora seja ao mesmo tempo produto dessa sociologia, enquanto elaboração, isto é, enquanto realidade que só se torna intelectualmente apreensível através da concepção teórica. Desse modo, a *valoração do urbano, que está presente na separação de urbano e rural como meios sociais qualitativamente distintos, aparentemente destrói as raízes conservadoras da sociologia porque canaliza diversamente a ambigüidade, para constituir objetos distintos, de tal modo que a ambigüidade deixe de ser ambigüidade do conhecimento para se constituir numa ambigüidade (ou numa imperfeição) da realidade, isto é, numa dualidade*. E, assim, a ambigüidade se sobre-

ponha à contradição constitutiva da sociedade, de modo que o que é histórico apareça como simplesmente imperfeito. Desse modo, *o suposto empirismo e os supostos compromissos extra-científicos da sociologia rural não advêm da sua falta de fundamentação teórica, mas, muito ao contrário, provêm exatamente do tipo de fundamentação teórica que vem sendo analisado.*

Tanto o meio social qualitativamente distinto urbano quanto o meio social qualitativamente distinto rural são realidades construídas no nível do conhecimento e possíveis em decorrência daquela ambigüidade de origem da sociologia. Em cada um dos tipos o que se retém é a uniformidade interna, a coerência interna, a identidade. E a ambigüidade renasce agora no plano da instrumentalização do conhecimento, quando a valoração do urbano e a constituição da sociologia rural resultam de uma crise (cujo diagnóstico é possível a partir da ambigüidade, dado que nela se expressa a verdadeira crise) que cria conhecimento (sociologia rural). Daí que a proposta implícita nessas concepções seja a da urbanização e superação do rural, isto é, superação daquilo que, sociologicamente falando, a sociologia criou e é, ao mesmo tempo, a base da sua gênese. Essa contraditória formulação é o resultado inevitável do princípio lógico que articula a sociologia rural: ela "produz" a crise que lhe dá origem e se propõe como meio de superação dessa crise.

Caberia, pois, questionar o ponto de vista de Anderson para saber se a interação dessa sociologia especial, que é a sociologia rural, com os resultados de outros centros de produção do conhecimento sociológico, que não as escolas vinculadas à agricultura e ao meio rural, e com a teoria sociológica lato senso superaria o problema. Não me parece que haja diferença significativa uma vez que

essa outra alternativa poderia representar a adoção de uma ótica cientificista e de procedimentos que levariam aos mesmos resultados. É que a ambigüidade já referida está contida na própria teoria sociológica e não é afetada, em essência, pelo caráter mais instrumental ou menos instrumental do conhecimento.

Em suma, essas formulações mostram como se dá, no plano do conhecimento, a solução da ambigüidade de origem da sociologia de modo que no objeto construído se preserve a identidade interna, ou seja, que em cada termo da realidade (construída) dual não haja ambigüidade alguma.

Entretanto, na medida em que o rural é um objeto socialmente construído, através da observância dos requisitos da produção do chamado conhecimento científico, apresenta-se como região de uma realidade mais global que abrangeiria o rural e o urbano, a região da realidade que ocupa uma posição subordinada, inferiorizada hierarquicamente, em relação ao urbano. A discussão de Anderson sobre a prática da sociologia rural constitui um indício de que o problema da construção do rural como objeto de conhecimento não cessa com a divisão da realidade em dois meios distintos, mas que há uma segunda dimensão a ser considerada, que é a das conseqüências do uso do conhecimento (sociologia rural) para entendimento da realidade também socialmente construída que é a realidade rural. Ou seja, nesta segunda dimensão, o rural está sujeito a um processo de superação intencional de natureza técnica. Por isso a sociologia rural desenvolver-se-ia de preferência nas escolas de agronomia, nas estações experimentais, etc. Daí, também, a preocupação com a modernização e com a difusão de inovações como duas grandes e centrais preocupações da sociologia rural. Noutras palavras, a sociologia rural mostra-se como expressão

da dominação da cidade sobre o campo. Há um caráter pragmático não só na elaboração dessa modalidade de conhecimento como também na construção da realidade rural enquanto objeto de conhecimento.

Nesse sentido, mesmo Solari se contradiz descartando o dever ser como procedimento e intenção incompatíveis com a produção do conhecimento científico, quando afirma que "completado o processo de urbanização rural a sociologia rural deveria desaparecer, ao menos com seu conteúdo tradicional, para converter-se num ramo da sociologia das profissões ou ocupações, a das ocupações agrícolas em sentido amplo" (24). O que temos aí é uma concepção evolucionista, que estabelece como tendência das transformações sociais a superação do rural pelo urbano. E, portanto, demonstra que a crise que produz o aparecimento da sociologia rural é crise para a sociedade global e não crise da ou para a sociedade rural. Desse modo, a sociologia rural apresenta-se como resultado que nega o seu próprio objeto. Ela está numa relação tensa com o seu objeto. E assim que, repartida, isto é, suprimida artificialmente, a tensão presente na ambigüidade de origem da sociologia, essa tensão renasce num outro plano, no da interferência na realidade, uma vez que entre o objeto construído e o conhecimento que o toma como referência há uma relação de negação. O conhecimento na sociologia rural é produzido para superar o rural.

Por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um "sujeito", sujeito social, que nela exprime a sua identidade, que nela se identifica ou que por ela se identifica, como

observou Jacques Guigou (25). Quem é esse sujeito? A resposta não surge senão na medida em que se pode discutir alguns aspectos da sua constituição e existência. As formulações desenvolvidas até aqui mostraram que a elaboração do rural como objeto de conhecimento está intimamente relacionada com a forma do conhecimento em que se apóia. Essa forma de conhecimento, que é a sociologia rural, é expressão da dominação do urbano sobre o rural.

O que se coloca agora é, portanto, saber de quem é a perspectiva que constrói o objeto e, com isso, inferir qual a porção da realidade (mas, não mais da realidade construída pela sociologia rural) que solicita a sociologia rural como modalidade de conhecimento, ou, na linguagem de Guigou, qual é o público que demanda sociologia rural. Por conveniência de exposição não se responde já a essa questão, bastando dizer que se tem em mente aqui aprofundar a hipótese de que a sociologia rural é instrumento de dominação da cidade sobre o campo. Dizendo de outro modo, busco saber em que medida o público que demanda sociologia rural é a população rural. Na medida em que a pergunta é feita, torna-se possível distinguir entre dois tipos de público que não coincidem necessariamente, como constatou Guigou: o público que demanda o conhecimento e o público da demanda do conhecimento. O público que quer conhecer o rural (por razões não necessariamente específicas da realidade rural) e o público que é objeto do conhecimento da sociologia rural (cujas razões não são necessariamente admitidas por essa modalidade de conhecimento).

(25) Jacques Guigou, "Le sociologue rural et l'idéologie du changement", in *L'Homme et la Société*, n.º 19, Paris, janvier-février-mars 1971.

(24) Aldo E. Solari. *ob. cit.*, p. 25.

Ora, na medida em que a sociologia rural estrutura-se como modalidade de conhecimento derivada da perspectiva do público que a demanda, ela está referida ao que Guigou mesmo chama de campo de intervenção do sociólogo na sociedade. Campo de intervenção para ele corresponde ao grupo ou instituição que é objeto de estudo ou intervenção propriamente dita. Isso significa que o campo de intervenção representa uma porção da realidade que é tomada como referência — e é campo de intervenção para ser modificada ou para ser conhecida. Nesse sentido a sociologia rural apresenta-se como instrumento de uma prática comprometida com a ideologia da mudança social, mas a mudança social aqui é a mudança concebível para o público que demanda conhecimento (o que exclui os projetos coletivos ou não de alteração da ordem social contidos nos movimentos sociais ou quase sociais que ocorrem no meio rural). Já vimos que a mudança nesses termos é mudança no sentido da superação da polarização rural-urbano através da urbanização do rural. Note-se, então, que o objeto, nesse caso, é construído através da ótica do público que demanda o conhecimento. O público da demanda, o público-objeto, emerge na discussão sociológica através da perspectiva do público que demanda o conhecimento. As características dos processos sociais retidos numa análise desse tipo são características decorrentes do modo de ver as coisas de um grupo social determinado — ou seja, de uma classe ou agrupamento de classes.

Uma sociologia circunscrita às proposições do público que demanda conhecimento, nos limites do campo de intervenção, apresenta-se claramente como modalidade de conhecimento que se apóia e se legitima em necessidades e concepções estranhas ao campo (mais amplo) de análise, que deveria ter as múltiplas dimensões da formação social (e

não estritamente a dimensão rural). Cabe discutir em que medida a teoria sociológica supera esse viés na constituição do objeto e na elaboração da interpretação. Campo de análise significa, para Guigou, o conjunto dos fatores que interferem na composição da situação e esses fatores não são exclusiva nem necessariamente agrários; são fatores do conjunto da situação, que definem o campo de análise, que historicamente se propõe como referência à indagação do cientista.

Também aqui se torna problemática a conjugação, superposição ou identificação entre campo de análise e teoria sociológica no estudo da sociedade agrária. De um lado, porque o campo de análise (sociológica) não se confunde necessariamente com a perspectiva do público da demanda do conhecimento. A eliminação do viés, que poderia ser alcançada pela incorporação da ótica do público da demanda, não restaura, porém, o campo de análise. Muitos problemas poderiam ser levantados neste ponto. Quando Solari menciona a urbanização rural, de certo modo a ótica do público que demanda conhecimento está sendo incorporada como ótica do público da demanda. E nem isso leva à descoberta de qual é o campo de análise que deveria ser tomado como referência na reflexão sociológica.

Por que, apesar da inovação do conceito de campo de análise, esse problema subsiste? Porque, na verdade, diversamente do que Guigou entende, o campo de análise constitui-se das concepções do público da demanda, mas se constitui também de características da realidade que não são imediatamente visíveis ao próprio público da demanda. Os dados da consciência do público da demanda não abrangem necessariamente nem abertamente toda a verdade de sua situação, pois muitos dos elementos

desta última podem permanecer ocultos ao homem comum por força mesmo da alienação da perspectiva desse público à perspectiva do público que exerce algum tipo de hegemonia, como ocorre com o público que demanda o conhecimento sociológico sobre o mundo rural. A noção de campo de análise e a noção de público da demanda tem uma importância operacional muito grande na localização dos "sujeitos sociais" que se escondem por trás das diferentes perspectivas com que trabalha a sociologia. Mas, oferecem o risco de um objetivismo estreito que descarta o problema da alienação historicamente determinada presente na "confusão" entre ótica do público que demanda conhecimento sobre o mundo rural e ótica do público da demanda desse conhecimento. A ótica do público da demanda e a ótica do público que demanda conhecimento exprimem formas de concepção e modos de elaboração da realidade (socialmente construída) e são essas formas que se apresentam imediatamente visíveis ao investigador através dos personagens com quem interage na situação de pesquisa. Não cabe recusá-las, mas explicá-las, pois constituem rica evidência de uma relação de dominação presente no campo de análise e na situação subordinada do público da demanda de conhecimento.

Elas definem, portanto, *áreas de interesse* na interrogação da realidade. De modo que o conhecimento sociológico caracteriza-se ou como dimensão da consciência necessária da sociedade, isto é, das classes dominantes (caso em que lida com problemas sociais que sugerem uma sociologia instrumental; tipicamente é o que ocorre com a sociologia rural referida estritamente a um público que demanda essa modalidade de conhecimento) ou como dimensão de uma consciência possível da sociedade, isto é, das classes exploradas (dado que o projeto de transformação da sociedade capitalista, embora na

origem seja um projeto de classe, é na realidade um projeto coletivo), no caso dos problemas estruturais e históricos que sugerem não uma sociologia instrumental, mas sim uma sociologia crítica, isto é, uma sociologia capaz de situar o próprio conhecimento, seus compromissos e as possibilidades de transformação social.

O resultado necessário das reflexões que foram feitas é o de que a preocupação incide sobre processos sociais como requisitos de uma sociologia crítica superadora dessas perspectivas de comprometimento com grupos sociais específicos vinculados ao uso técnico da sociologia. Só que nesse caso a sociologia especial (sociologia rural) continua sendo um ponto de reparo legítimo, mas legítimo de outra maneira, isto é, a partir de uma legitimidade que é ditada por uma concepção de ciência que não é cientificista nem empirista, mas histórica e concreta; que procura reter a unidade da forma (inclusive a científica) e da substância do social na tensão que as determina. Continua sendo legítima na medida em que a realidade apresenta-se aos olhos do investigador de alguma forma já elaborada pelo senso comum e pela ciência, construída socialmente. O rural não é uma ficção ou uma mistificação. O rural é produto necessário de um *modo de construir a realidade social*; construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista. E um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada.

Só que nesse caso, como já disse acima, a sociologia especial enfoca especializadamente processos sociais, mas referidos à totalidade concreta que lhes dá sentido, que revela os diferentes planos — visíveis e ocultos — nos quais ocorrem. Ou seja, o processo social no caso não é equivalente de inte-

ração social na dimensão psicologista da noção de interação. E nesse sentido o processo social não é uma noção que traduza ou que pretenda apenas dar conta do imediatamente visível das relações face-a-face diretamente apreensíveis pelo próprio sujeito. O processo social constitui-se também das relações sociais invisíveis estabelecidas pela circulação do produto do trabalho humano, relações essas tecidas de homem a homem através das mercadorias. Portanto, o processo tem duas dimensões tal como mostra Lefebvre numa discussão sobre a *praxis* (26). Uma dessas dimensões é aquela em que as pessoas formulam uma interpretação da sua vida social e da sua rotina e a outra dimensão é dada pelo caráter histórico da atividade humana, de tal modo que se retenha na noção de processo aquilo que é cogitado pelo sujeito como ser social e aquilo que ele faz ou vivencia sem conhecer os fundamentos últimos. Em outras palavras, o processo social constitui-se na relação que cada homem trava com os outros e consigo mesmo através da História, através da alteração contínua das suas condições de existência e, conseqüentemente, da alteração contínua das suas relações sociais, como produto alienado da sua própria atividade. O processo é a vivência da História nessa dupla dimensão.

A construção do objeto de uma sociologia especial representa, portanto, ou a análise do processo em si mesmo, nos seus componentes críticos e históricos, ou um corte no processo através das suas configurações estáticas que, como diz Adorno, constituem apenas projeções do espírito que se

apaixona pela ordem (27). Esse espírito pode ser o daquele que vivencia o processo. Portanto, concluindo, pode-se dizer que em termos de campo de intervenção é possível pensar numa sociologia rural. Nesse caso, ela explicita o seu compromisso como instrumento das classes sociais e setores de classe — como a burguesia comercial, a burguesia financeira, a burguesia industrial, os burocratas, os técnicos — aplicado contraditoriamente para superar as descontinuidades econômicas e sociais entre o urbano e o rural, descontinuidades geradas justamente pelo exercício da exploração de umas classes (urbanas) sobre outras (rurais). Basicamente supõe-se que os resultados da exploração econômica podem ser compensados pela subordinação técnica de um meio a outro (28).

Mas, em termos do desdobramento que faz da noção de campo de análise, a sociologia rural é também objeto do processo de conhecimento, em que temos, ao mesmo tempo, o conhecimento, isto é, a sociologia rural, e o rural que ela incorpora ou constrói, como passo na superação dessa perspectiva limitada e ideológica. No primeiro caso, a sociologia rural não dá conta dos fenômenos efetivamente envolvidos ou das situações efetivamente abrangidas pelo campo de análise e referidos, portanto, à historicidade da vida social.

É claro que uma discussão dessa ordem não pretende proceder a uma crítica que incida no vulgar oferecimento de uma alternativa operacional, porque a superação da perspectiva parceladora pre-

(27) Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, *Sociologia*, trad. Victor Sánchez de Zavala, Taurus Ediciones, Madrid, 1966, p. 298.

(28) Abordei extensamente esse aspecto da questão no meu livro *Capitalismo e Tradicionalismo*, esp. nos capítulos I, II, VI e VII.

(26) Henri Lefebvre, *Sociologie de Marx*, Presses Universitaires de France, Paris, 1966, esp. p. 20-49.

sente na concepção positivista da sociologia rural só será possível, em todas as suas conseqüências, na medida em que se efetivem as transformações históricas supostas nas tensões que a produziram. Uma discussão desse tipo o que pode fazer é situar e descobrir as sobressignificações presentes numa sociologia como a sociologia rural. E é claro que a discussão sugere uma problematização da realidade agrária em outros termos, tornando possível, porém, a retomada das concepções pelas quais a realidade agrária se elabora socialmente como concepções-objeto e não como concepções absolutas, definidoras do conhecimento a ser obtido.

O que se espera da reflexão crítica sobre o mundo rural é que ultrapasse (ao invés de simplesmente descartar) a dualidade na qual se enraíza a idéia de rural para, penetrando nos fundamentos últimos e históricos do conhecimento que a originou, descortinar e explicar as bases rurais de produção do ser social e de sua consciência.